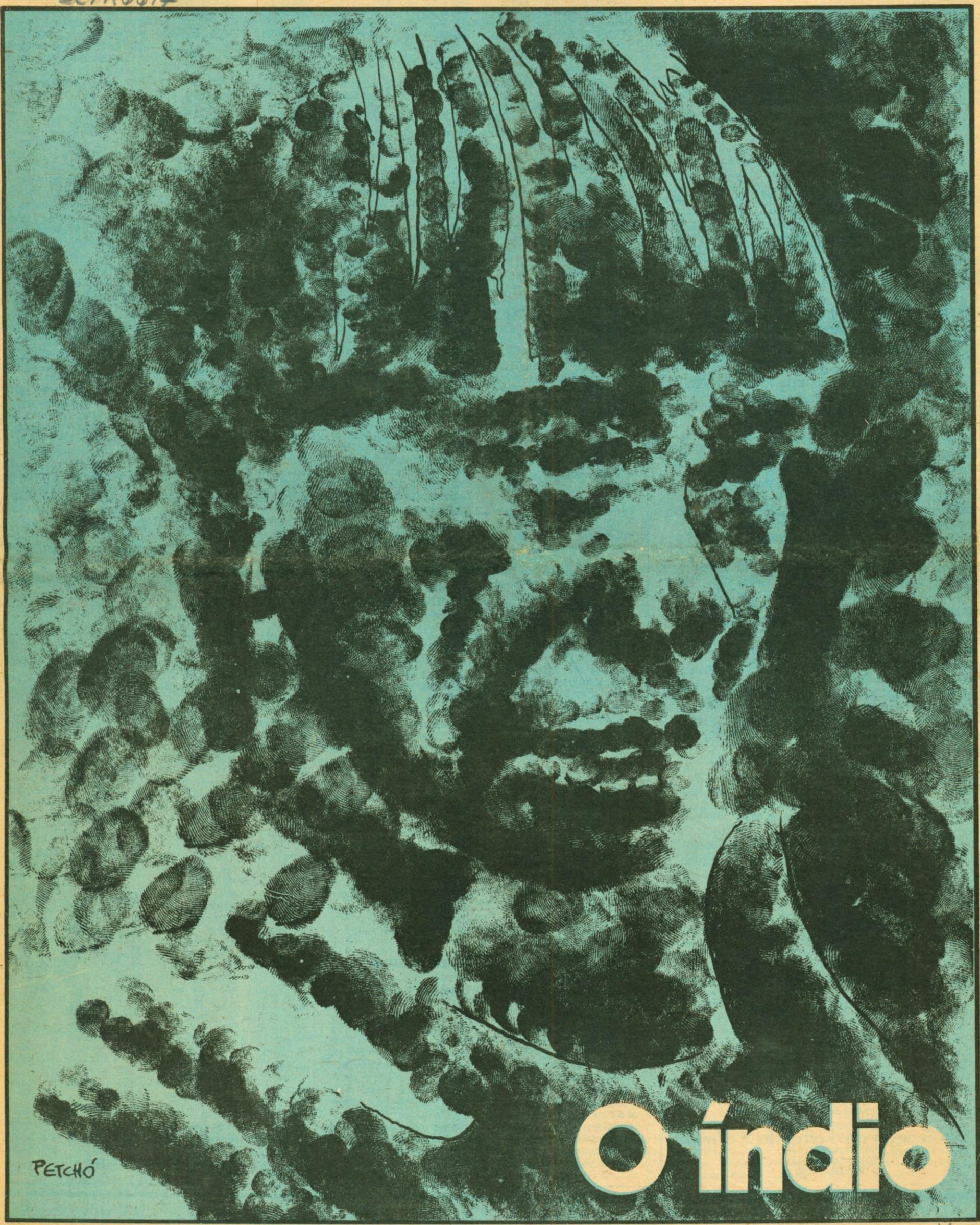


# FOLHETIM

1980

SEIR0017

SINR



## O índio

PETCHÓ

SEIR0017



## O problema não é do índio. É nosso

Se a vida do branco, do brasileiro emancipado, anda tão mal, por que nos preocuparmos com os índios desse País? A lógica dessa prioridade, entretanto, esbarra na inevitável constatação de que os fatos interagem e não são apenas alguns segmentos da nossa sociedade que andam insatisfeitos. É a partir da reflexão sobre a questão indigenista, talvez possamos chegar mais depressa ao item prioritário: que Nação queremos construir? Porque parece não haver mais dúvidas de que nos falta, ainda, um projeto de Nação, um projeto que leve em conta as necessidades e as aspirações de cada setor e do conjunto da sociedade. Na ausência desse projeto é que, certamente, reside a base de inúmeros conflitos, entre os quais podemos incluir a questão indigenista e todos os projetos oficiais que surgem de tempos em tempos, como esse da regionalização que com o qual a União pretende passar aos Estados, através de convênios, a tutela dos índios. Trata-se, de fato, de um expediente de resultados discutíveis, considerando-se a gama de interesses locais que por certo pesarão mais fortemente na balança, deixando as comunidades indígenas à mercê das conveniências de pessoas e grupos econômicos insensíveis, até em nível humano, ao problema do índio. Ao mesmo tempo em que aparece essa proposta de regionalização, ou de estadualização como preferem outros, é saudável que um grupo de parlamentares, independente de suas opções partidárias, lance agora uma frente de defesa do índio que se desdobrará numa subcomissão junto à Comissão de Interior do Congresso. Talvez se possa, assim, chegar à compreensão de que o problema não é tanto do índio, mas sim do branco. Ou seja, discutir a questão indigenista leva obrigatoriamente a pensar em como levar este País a ser uma Nação, com um projeto econômico e social em que o ser humano, seja qual for sua origem étnica, esteja no centro de todas as preocupações. Para tanto, o primeiro passo, e o mais óbvio, é convocar toda a população deste País para opinar e decidir.

O. M.

### FOLHETIM

Editor  
OSWALDO MENDES

COMISSÃO EDITORIAL  
ROGÉRIO C. DE CERQUEIRA LEITE  
CARLOS GUILHERME MOTA  
JOSÉ A. GUILHON ALBUQUERQUE  
TÉRCIO SAMPAIO FERAZ JR.

Publicação da Folha de S. Paulo

Editor responsável  
BORIS CASOY

## Cartas

### O Folhetim devolvido

MARIO RAMIRES (Campo Grande, MS) — Gostaria muito de ficar com o exemplar do Folhetim n.º 165, devolvido pelo sr. Hermenegildo Bassani, conforme carta publicada na edição n.º 169. Apesar das restrições feitas por aquele leitor, acredito tratar-se de uma publicação que merece ser lida e guardada, pois o Folhetim tem se mostrado, ao lado da editoria de Economia dessa "Folha", um dos trabalhos mais sérios e úteis desenvolvido na imprensa brasileira no momento atual.

### A vida

#### sem perversão

MARIA SALETE SOUZA (São Paulo, Capital) — É com muito interesse que acompanho a "Folha", principalmente seu suplemento Folhetim, que sempre trata de assuntos atuais e interessantes. Mas o que me deixou empolgada foi o de n.º 165, "A Vida Sexual do Brasileiro". Escrito de forma tão simples e direta, sem censuras e mostrando os problemas enfrentados pelas prostitutas que muita gente, como eu, não sabia. O que realmente não entendo é como podem existir pessoas que julgam que isso é uma perversão. Mas por que perversão? Porque nunca ninguém fala no assunto e quando alguém fala logo os mais tradicionais caem em cima com essa história de perversão, desrespeito, imoralidade etc. Talvez seja porque aqui em casa tenho livre acesso a qualquer tipo de leitura, mas não vi nada de mais nas reportagens. Ao contrário, foi-me bastante útil. Tenho 16 anos e estudo no 2.º grau. Levei o Folhetim à escola, discutimos o assunto. É tão bom, tão agradável, sem que haja qualquer sinal de malícia ou mesmo "perversão".

### Oprimido

#### sexual

MOISÉS ANTÔNIO GARCIA (Ourinhos, SP) — Como se não bastasse ser leitor, nesses últimos meses estou colecionando o Folhetim, apesar de não ser assinante da "Folha". Só fiz o primeiro grau e somente voltarei aos estudos quando terminar o Tiro de Guerra. Então, poderei arrumar um emprego (coisa escassa no Interior) e assinar a "Folha". Mas não estou escrevendo para choramingar. Se todos os brasileiros chorassem, o Brasil sumiria num mar de lágrimas. O que real-

mente me chamou a atenção foi a carta do sr. Hermenegildo Bassani. Para ele eu recomendaria um psiquiatra, pois é óbvio que esse senhor sofreu, quando criança, demasiada opressão sexual, e por isso o tema sexo lhe é abominável.

### O ensino privado

LACIDES APARECIDA DE SOUZA (Mauá, SP) — Acho que não é preciso acrescentar nada ao que foi dito no Folhetim n.º 168, sobre a privatização do nosso ensino superior. Aos que se deram ao trabalho de ler aquele suplemento, devem ter suas conclusões formadas sobre o triste fim a que está destinado o futuro do nosso País. Meu Deus, até que ponto pode chegar o raciocínio infértil desses proponentes da extinção do ensino gratuito? Estudante que sou, confesso: a situação é de arrepiar. Pasmem senhores e imaginem um Brasil camuflado de "indústrias de ensino". A coisa é séria. O momento é de grande reflexão e de muitas preces. É hora de unirmos nossas orações e pedir a Deus para que isso não venha a acontecer. Que não joguem fora o futuro desta Nação. E que Deus nos acuda.

### Os alunos

#### jornalistas

CARLOS AQUILES GUIMARÃES (Poços de Caldas, MG) — Como já é notório, Poços de Caldas ganhou um jornal estudantil no qual são abordados aspectos relacionados à escola, aluno, professor. O jornal "Movimento Estudantil - Move" é dinamizado por alunos do 2.º grau de seis escolas profissionalizantes. Contudo, ainda somos vistos como "anarquistas" por elementos que se julgam suficientemente vividos e experientes, mas que não percebem a nossa proposta de melhorar as condições de ensino e do professor. Para isso, trabalhamos em conjunto com instituições preocupadas com o Ensino: Associação de Pais e Estudantes, Comissão Estudantil Municipal etc.

### Uma palavra para Flávia

FLÁVIA MARIA (Brasópolis, MG) — Não importa o tempo — 2.695 monótonos dias — você foi sempre livre. Foram dias inesquecíveis para você. Medos incontidos, torturas, desespero, angústia, revolta, desilusões, sonhos desfeitos e mais um bocado de sofrimentos que a fizeram mais filha, mais gente, ainda mais



despreparados, de desanimados, de conformados. Trabalham, mas que diabo, em uma existência sempre sobram horas para melhorar paredes, remendar telhados, fazer algo pobre mas decente. E o que vemos, geralmente, são mulheres que atiram lixô à porta da casa sem ânimo para andar vinte metros e atirá-lo mais longe.

### Aviso aos professores

MARIA APARECIDA VENCI (Maringá, PR) — Sou professora há 17 anos, aqui no Paraná, lecionando desde a 1.ª série até o 2.º grau e venho sempre brigando, comentando a desgraça em que se encontra o ensino brasileiro. E o pior é que os professores, na sua maioria, não enxergam o mal que estão fazendo em aceitar a situação a que fomos colocados. Relaxar com o ensino é uma vingança contra nós mesmos. O professor se ilude com faculdades de baixo nível, verdadeiras fábricas de bitolados, dirigidas por pessoas sem o menor sentido de patriotismo. Agora, pergunto: você já pensou em seus filhos, seus netos, a nova geração? Quem vai comandar o futuro deste País? Que serão os futuros mestres brasileiros? Pensem bem professores, a hora não é de pensar vantagens, fazer faculdades "relampagos". É hora de ensinar, abrir os olhos para que essa nova geração se arrepie ao ouvir cantar o Hino Nacional. Só assim, a geração que hora se forma terá salvação: será de brasileiros.

### Brasileiro

#### é vagabundo

OLAVO TERRA (São José dos Campos, SP) — Há causas mais profundas para o desemprego, o subemprego, biscateiros, etc. Somos raça — sem tradição profissional: não há em português grande cópia de nomes ligados ao trabalho como Kaufmann, Boulanger, Taylor, Ferrari, Haddad, etc. Vimos de nação de agricultores, sem passado tecnológico, temos de começar tudo pelo princípio. O homem que faz fila diante da fábrica — faminta de mão-de-obra especializada — é desses que não distingue uma chave-de-fenda de uma chave-estrela. Estamos, aos poucos, nos libertando desse estágio bárbaro: aí estão os Senais, os Liceus, as escolas profissionalizantes e a própria indústria, criadora de técnicos e emuladora das vocações. Por outro lado, veja-se em Sérgio Buarque de Holanda ("Raízes do Brasil"), a inexistência de amor ao trabalho orgânico, a falta de ambição, a tendência para o espírito contemplativo... Os fidalgos de d. João 6º exibiam as unhas compridas, prova de que não as haviam maculado no trabalho... Os favelados são parte dessa fauna de



Toda correspondência deve ser endereçada a: Folha de São Paulo — FOLHETIM — Alameda Barão de Limeira, 425 — São Paulo, Capital — CEP 01202

“Uma vez atirei num índio. Quando cheguei  
perto ele ainda estava vivo, com os  
olhos cheios de lágrimas. Até parecia gente”

(Testemunho de um matador profissional)

# A terra dos homens sem lei

Os índios estão ameaçados porque ocupam terras cobiçadas. E a Constituição que garante essa posse?

**Dalmo A. Dallari**

O índio nascido em território brasileiro é um ser humano e é brasileiro. Será que alguém duvida que o índio seja um ser humano? Infelizmente sim, como bem o demonstram vários fatos ocorridos nos últimos tempos.

Há poucos anos um grupo de índios xavantes viajou até São Paulo e os responsáveis pela viagem resolveram levá-los até o Jardim Zoológico, para que conhecessem animais de que nunca haviam tido notícia e que sempre despertam a curiosidade dos visitantes. Aconteceu, porém, que os xavantes despertaram maior curiosidade do que os animais enjaulados e muitos visitantes do zoológico passaram a seguir o grupo de índios. Vendo essa reação de interesse do público um guarda do zoológico perguntou a um antropólogo que acompanhava os índios: “Será que não dá pra arranjar um caszinho pra gente pôr aqui?”

Em outra ocasião um matador de índios profissional, que ganha por índio morto, falando à imprensa disse com a maior naturalidade: “Uma vez atirei num índio e quando cheguei perto ele ainda estava vivo, com os olhos cheios de lágrimas. Até parecia gente.”

Quantos índios ainda existem no Brasil? Qual o futuro desses índios? Documentos do século 16 dão notícia de que haveria então no território brasileiro cerca de quatro milhões de índios. Os levantamentos mais recentes situam entre cento e cinquenta mil e duzentos mil índios a população indígena brasileira. Baseando-se em trabalho realizado por W. Dostal, o antropólogo Shelton H. Davis incluiu em seu livro “As Vítimas do Milagre” um mapa com a localização dos grupos indígenas brasileiros. Por ali se vê que já foram classificados 118 grupos diferenciados pela cultura. A maioria se localiza na região amazônica, obviamente pela proteção dada pela floresta, mas também existe um número mais ou menos elevado de grupos indígenas no Paraná e em Santa Catarina, com alguma penetração no Rio Grande do Sul. Outros grupos se localizam numa faixa próxima ao litoral, entre os Estados do Rio Grande do Norte e do Espírito Santo. Pequenos grupos são encontrados no Estado de São Paulo.

A não ser em reduzidíssimo número de casos, não houve integração de índios à sociedade brasileira, o que leva à conclusão de que a grande maioria foi simplesmente dizimada, não tendo resistido aos avanços da civilização. Qual a possibilidade de sobrevivência dos remanescentes?

## SITUAÇÃO LEGAL DAS TERRAS INDÍGENAS

Os índios brasileiros estão condenados à morte, pelo crime de estarem ocupando terras cobiçadas pelos brancos. E, no entanto, a Constituição assegura aos índios o direito de ocupação dessas terras e de uso de suas riquezas.

Um retrospecto histórico mostra que, embora caçado desde o início do descobrimento do Brasil, para ser reduzido à escravidão, o índio foi legalmente reconhecido como dono da terra que ocupava. Uma lei portuguesa do século 17, ou seja, a Ordenação de 1.º de abril de 1680, mandava que se respeitassem os direitos dos indígenas do Brasil. “primeiros ocupantes e donos naturais destas terras”. Outra lei, de 6 de julho de 1755, reproduzia esse reconhecimento, devendo-se observar, entretanto, que não havia proteção judicial desse direito.

Após a independência brasileira, os índios ficaram sem proteção legal, embora se levantassem em seu favor algumas vozes isoladas. No ano de 1823 José Bonifácio escrevia sobre a necessidade de proteger o índio e indicava alguns meios de proteção, começando por considerar necessário o seguinte: “Justiça, não esbulhando mais os índios, pela força, das terras que ainda lhes restam, e de que são

legítimos senhores.” Mas a Constituição de 1824 nada estabeleceu sobre os índios e suas terras, o mesmo ocorrendo com as Constituições republicanas de 1891, 1934 e 1937.

A Constituição de 1946 dispôs que os silvícolas teriam a posse permanente da terra que ocupassem, proibindo, entretanto, a alienação. Dispositivos semelhantes foram incluídos nas Constituições de 1937 e 1946.

Na Constituição de 1967 houve definição mais precisa quanto à situação legal das terras ocupadas pelos índios. No artigo 4.º, item 4, ficou estabelecido que são bens da União “as terras ocupadas pelos silvícolas”, isto é, a propriedade dessas terras foi dada à União e não aos índios. Entretanto, seguindo a orientação da Constituição de 1946 e avançando um pouco mais quanto ao alcance da proteção da posse, dispôs o artigo 186: “É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes.”

Assim, portanto, ao índio foi reconhecido o direito de usar com exclusividade suas terras e tudo o que nelas existam, incluindo madeiras e riquezas minerais e tudo o mais que tenha valor econômico.

## SÓ O DIREITO DO ÍNDIO É DIREITO

Apesar da clareza dos dispositivos constitucionais, houve muitas invasões de territórios indígenas, por empresários que, em inúmeros casos, tiveram apoio de órgãos do governo federal ou de governos estaduais. Foram feitas doações e vendas de terras ocupadas por índios. Qual o valor legal desses negócios?

A Constituição de 1969, atualmente em vigor, confirmou o que tinha sido disposto em 1967 sobre a propriedade e a posse das terras ocupadas pelos índios. Mas a Constituição foi além e introduziu uma importante inovação, declarando a nulidade dos títulos de propriedade que tenham por objeto terras indígenas, bem como de qualquer documento que registre uma transação sobre essas terras.

Com efeito, diz o artigo 198, parágrafo 1.º, que “ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelo silvícolas”. Em consequência, se alguém obteve mediante compra, doação, herança, permuta, cessão de direitos ou qualquer outro título uma área ocupada por índios ficou sem esse direito no momento em que entrou em vigor a Constituição de 1969.

E para eliminar a possibilidade de eventuais pretensões a indenizações, foi acrescentado um segundo parágrafo ao mesmo artigo 198, dispondo que aquela declaração de nulidade de títulos não dá direito a qualquer ação ou indenização. Ninguém pode alegar um direito adquirido, se uma Constituição nova não resguardar esse direito, não havendo, portanto, qualquer dúvida quanto a dois pontos: a União é proprietária das terras ocupadas pelos índios e estes têm o direito de permanecer nessas terras e de usufruir de suas riquezas.

## O CRIME DO ÍNDIO: OCUPAR A TERRA

O exercício desse direito de ocupação tem custado aos índios um altíssimo preço, pois o alto valor das madeiras nobres e de riquezas minerais existentes naquelas terras despertou a cobiça de pessoas que só pensam em termos de valores econômicos. Para essas pessoas, destruir a cultura do índio, condenar o índio ao alcoolismo, à mendicância, à prostituição, às doenças e à morte não tem qualquer importância. O que importa são os resultados econômicos.

O governo federal, que por força de lei deve proteger o índio, tem ajudado muito a prejudicá-lo. Basta lembrar que o Estatuto do Índio, aprovado por lei federal, mandou que o governo fizesse a demarcação das terras indígenas, para evitar dúvidas e turbações. A lei é de 19 de dezembro de 1973 e até agora as demarcações feitas atingem apenas cerca de um quinto dos territórios indígenas.

Essa omissão do governo não ocorreu por acaso, pois tem sido utilizada para estimular a ocupação de terras indígenas

por empresários que, sob pretexto de implantar projetos agro-pecuários ou de colonização, querem receber de graça ou a baixíssimo preço grandes extensões de terra.

Os governos estaduais ou de Territórios Federais entram na história, querendo atrair investimentos, protegendo empresários e disputando com os próprios órgãos federais o direito de abrir os territórios indígenas à ação dos invasores de terras. Em entrevista à “Folha”, em 15 de abril deste ano, o secretário da Justiça do Estado de Mato Grosso do Norte, acusou a Funai, que é o órgão federal de proteção ao índio, de fazer o jogo de empresas multinacionais interessadas em riquezas minerais existentes em territórios indígenas.

Segundo o secretário, o governo federal define como indígenas esses territórios e assim afasta o investidor brasileiro. Num segundo momento, considera que a exploração daquelas riquezas é de grande interesse para o desenvolvimento nacional. E então constitui uma empresa pública para explorar minérios, admitindo como sócias empresas multinacionais.

Os empresários não agem com muita discrição, como se vê pelo noticiário da imprensa e por inúmeras denúncias publicadas em livros e revistas especializadas. Em vários casos obtiveram da Funai uma declaração de que não havia índios, em terras que, na verdade, eram ocupadas por tribos que mantinham contato com os próprios agentes da Funai. Em muitos outros casos foram e continuam sendo utilizados homens armados para expulsar ou matar índios. Especialmente depois que o governo começou a incentivar projetos agropecuários o interesse pelas terras indígenas cresceu muito, crescendo também a violência contra os índios.

## QUEM VAI SALVAR OS ÍNDIOS?

Os índios existentes no Brasil são seres humanos e são brasileiros e estão sendo impiedosamente dizimados. Quem poderá proteger sua dignidade, sua cultura e sua vida?

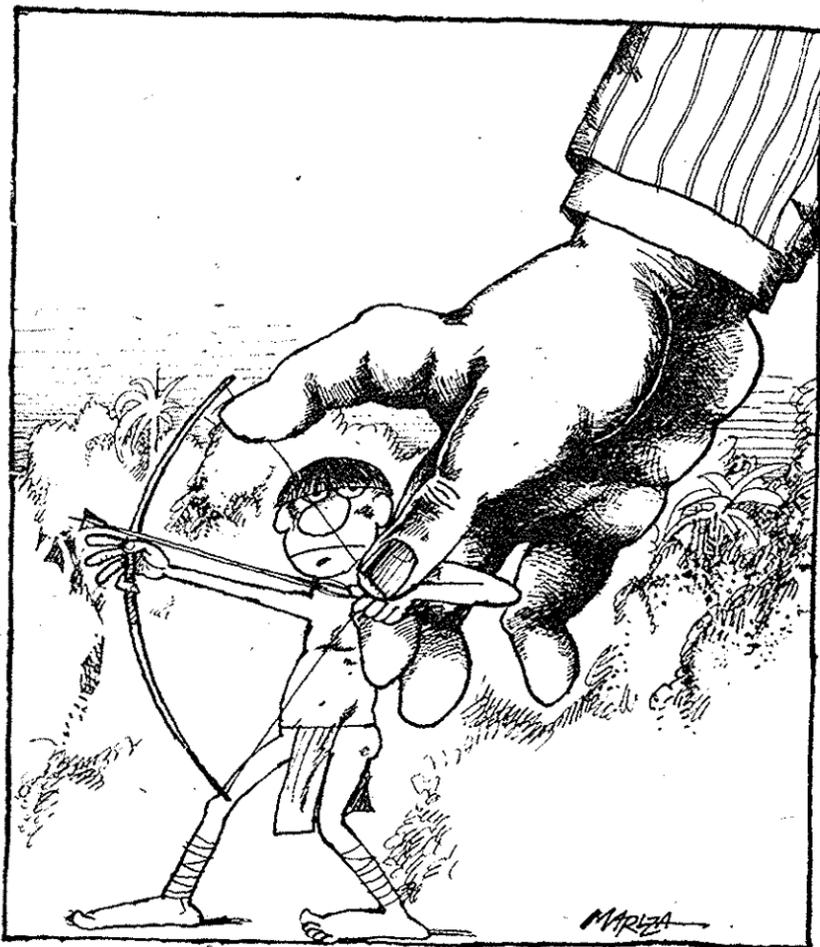
A Funai, que é por lei a protetora oficial do índio, não tem autonomia, pois seus dirigentes são nomeados livremente pelo presidente da República e, em consequência, o índio só recebe ajuda quando não atrapalha os planos de desenvolvimento econômico do governo.

O Congresso Nacional tem um peso muito pequeno no atual sistema político brasileiro e, além disso, muitos de seus membros são influenciados pelos Executivos da União ou dos Estados, bem como pelos empresários. Assim, por exemplo, um deputado federal por Roraima apresentou recentemente um projeto de lei para expulsão dos índios de uma faixa de terra de 150 quilômetros ao longo de toda a fronteira do Brasil. Uma lei desse tipo seria um régo presente para os empresários e a sentença de morte para milhares de índios.

A única esperança dos índios é a opinião pública brasileira, através dos meios de comunicação e das organizações que se preocupam com a dignidade humana e a justiça. Na Câmara dos Deputados já houve eco das manifestações em favor do índio, tendo sido criada recentemente uma frente parlamentar para defender os interesses indígenas. Os integrantes dessa frente são todos da oposição e por isso têm força reduzida.

É preciso que a consciência brasileira desperte e que os irmãos índios não fiquem isolados, sofrendo passivamente a tragédia de sua destruição. Todos os brasileiros precisam reagir, para que as gerações futuras não se envergonhem de sua História.

Dalmo de Abreu Dallari é advogado, professor e chefe do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da USP e ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.



MARISA

# Um disfarce chamado caboclo

"A idéia de que o desaparecimento dos índios é inevitável, além de ser errada historicamente, está comprometida com os interesses antiindigenistas que abrem brechas para aceitar, de uma maneira quase passiva, a política de destruição desses povos." A afirmação é do antropólogo Carlos Alberto Ricardo, da Universidade de Campinas e membro da diretoria da Comissão Pró-Índio de São Paulo, em entrevista à repórter Izilda Alves.

Historicamente — explica Carlos Alberto — o que aconteceu com os índios no Brasil é que eles desapareceram e os que permaneceram, ainda que muitas vezes escondidos debaixo de um chapéu de palha, de uma roupa de brim, de uma aparência muito especial de caboclo, conservam a sua identidade, através de mecanismos nem sempre visíveis na aparência, através de rituais, da língua, da organização social e de suas regras de casamento.

Espalhados por todo o território nacional, os índios sobreviventes estão basicamente concentrados na chamada Amazônia legal: Mato Grosso do Norte, parte do Amazonas, Acre e Pará, parte do Maranhão e nos territórios. Segundo Carlos Alberto, eles estão distribuídos em mais de 150 povos, que têm sua religião, seus costumes, seu modo de se relacionar com a natureza, sua língua, suas regras de casamento. Têm também "uma diferença histórica, ou seja, a maneira pela qual ao longo do tempo cada um desses povos se relacionou com a sociedade nacional implantada no Brasil, a partir de 1500."

## ONUE O VESTIDO

Para deixar clara a diferença entre "índio de verdade" e "índio acabocladado", o antropólogo Carlos Alberto busca nos filmes "Raoni" e "Terra dos Índios" exemplos para a sua explicação:

"Em 'Raoni' me ficou muito marcada uma frase do narrador logo no começo: 'Vocês vão ver neste filme o índio de verdade'. E o 'índio de verdade' é o Raoni, pintado, nu, etc, etc, que na verdade é confortavelmente assentado no estereótipo que a nossa formação tem a respeito do indígena. Então, ele assenta confortavelmente na cabeça de um certo público urbano, letrado, que leu seus manuais de História e tal. Exatamente esse mesmo público talvez não goste muito de ver o 'Terra dos Índios', onde aparece o índio que, apesar de ter na sua aparência mais superficial características que o assemelham a populações rurais brasileiras, está na tela dizendo: 'Nós somos índios, essa terra aqui é nossa, nós estamos aqui primeiro. E então nós queremos botar todo mundo para fora. Inclusive, aqueles que na aparência parecem com a gente.' A tendência das pessoas é dizer: mas isso é safadeza, porque esses caras estão usando isso para ficar aí ocupando um montão de terra e não fazendo coisa nenhuma com ela. Acho que há uma inversão aí: uma coisa é reconhecer que o Raoni é índio, tem a aparência que o filme mostra. Isso é verdadeiro. Outra coisa é reconhecer que os Guarani e os Kaingang do filme do Zelito Viana, também são índios e verdadeiros.

"O que acontece é que não só eles são diferentes no seu modo de ser, como a história deles com a sociedade nacional é diferente. Isso explica que eles tenham caras diferentes. Agora, será que o Raoni vai virar um cara parecido com o Kaingang? Não sei. Será que esse Kaingang aos poucos vai desaparecer? A história recente tem mostrado que não. Então, acho que essa questão da originalidade tem que ser repensada. Para sobreviver, muitas vezes, esses povos se mimetizaram, se fizeram de bobos, esconderam a sua identidade, porque sabem o preço caro que têm de pagar toda vez que botam a sua verdadeira cara para fora. Isso fez com que ao longo do tempo, povos indígenas, por exemplo, tivessem uma aparência de caboclo".

Carlos Alberto lembra que há um total de 210.360 índios no Brasil hoje, numa estimativa mais recente, baseada em pesquisa feita pelo padre Egydio Schwade, do Conselho Indigenista Missionário. "A melhor maneira de saber quem é ou não índio, muitas vezes não é perguntando a eles", diz Carlos Alberto e cita o caso dos Guarani:

"No sul do Mato Grosso, onde existem hoje mais de 10 mil guarani — sobrevivendo como guarani, tendo sua língua — é muito comum que, na situação de

opressão em que ele se encontra, que, às vezes ele negue verbalmente a sua própria identidade. Porque ele não é trouxa, ele aprendeu que em certas ocasiões ser índio é ganhar salário menor do que o bóia-fria, é ter piores condições de trabalho. Isso não quer dizer, de maneira nenhuma, que ele não continue se identificando como um povo diferente dos outros."

## OS NÚMEROS

Segundo a pesquisa do padre Egydio Schwade, é este o quadro geral da população indígena no Brasil: Acre, Rondônia, Labrea, Humaitá: 12.582 índios; parte do Amazonas e Roraima: 60.842; Pará e Amapá: 10.452; Maranhão e Norte de Goiás: 9.288; Mato Grosso do Norte: 11.388; Mato Grosso do Sul: 21.090, Leste-Nordeste: 26.278, Sul: 13.500.

"Na Amazônia, acrescenta Carlos Alberto, é preciso destacar que exatamente ao longo das calhas dos rios, pelos quais a colonização penetrou, os índios foram absolutamente liquidados. No Sul, ou seja, nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, áreas mais modernizadas do País, onde o sistema capitalista já tomou conta de tudo, sobreviveram povos indígenas em grande quantidade."

O antropólogo Carlos Alberto Ricardo aponta outra causa do desaparecimento dos índios:

"O processo de expansão recente do grande capital nas áreas do cinturão da Bacia Amazônica caracterizado pelas expropriações de grandes extensões de terra por companhias de base urbana industrial, nacionais e multinacionais, e a expansão dos grupos mineradores de grande porte e os grandes projetos agropecuários têm criado situações de deslocamento de populações camponesas, têm criado um tipo de cerco do qual alguns povos indígenas não lograram sobreviver. Um povo é um patrimônio da humanidade e quando desaparece é uma perda irreversível, desaparece toda uma experiência

acumulada, todo um modo de ser, toda uma língua. Por exemplo, os Kararaô, no Pará, contatados no começo dos anos 70. Hoje, este povo está praticamente extinto. Os seus remanescentes não serão mais capazes de se recuperar porque foram triturados fisicamente, então não há mais como fazer ritual, não há mais como casar. E isso é uma coisa irreversível."

## RENASCIMENTO

Por outro lado, pesquisas apontam a tendência de alguns grupos começarem a reaparecer. O professor italiano Maurizio Gnerre, que está realizando uma pesquisa no Acre sobre a expressão linguística dos índios, conta alguns desses casos. Ele está no Brasil desde 1975 e é linguista da Unicamp:

"Os Tupiñiquim, no Espírito Santo, eram índios considerados caboclos, moravam na Costa, tinham perdido sua língua e pouco conheciam de suas antigas características. Mas começaram a se reasumir como índios. No Litoral da Bahia, tem o grupo dos Pataxó, que já tinham perdido sua língua. Soubemos, através de informações de antropólogos, que trabalharam entre eles, que alguns jovens Pataxó foram mandados para o grupo Maxakali, que mora em Minas Gerais, a fim de aprender a sua língua e reasumir alguma coisa de característica de índio."

"Dois ou três anos atrás, uma pesquisadora da Unicamp descobriu na fronteira entre Mato Grosso e Bolívia, um grupo que estava praticamente sumido: os Guató. Eles eram cerca de 200 e ainda falavam sua língua e agora estão começando a reasumir uma identidade. No Acre, há também uma situação desse tipo: índios continuam sendo chamados de caboclos. Muitos deles, entre os Kaxinawá, chegaram a trabalhar nos seringais, quase mimetizados com os seringueiros. Hoje, estão aparecendo líderes indígenas para conduzir nessa direção de ser reasumida a condição de índio. Esses líderes estão

vendo que não é mais possível continuar naquela condição de caboclo. E preciso reassumir nova identidade para se defender. No caso do Acre, os índios foram seringueiros até o momento em que chegaram os paulistas desmatando os seringais e criando áreas de pastagem, para a criação de gado. Aí, o índio não podia continuar seringueiro e sentiu por pressão econômica a necessidade de reassumir e defender alguma coisa da terra."

Entre as missões, que "dividem com o Estado a tutela dos índios", Carlos Alberto destaca o movimento de renovação missionário encabeçado pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário), que "tem acompanhado na área indígena a onda de renovação pela qual passou toda a Igreja Católica". E critica a tradicional Missão Católica Salesiana e as "missões pela fé", "na maior parte organizações independentes norte-americanas — a mais conhecida é o Summer Institute of Linguistic —: ambas alinhadas com a política integracionista do índio, que no fundo significa a extermínio dos povos indígenas a longo prazo".

O antropólogo Carlos Alberto afirma que "a idéia de índio em geral só existe na nossa cabeça e que mal ou bem, aos poucos algumas lideranças indígenas, que têm mais contato com a sociedade nacional, estão se apropriando dessa categoria geral para poder lutar também".

Carlos Alberto Ricardo é antropólogo da Unicamp e membro da Comissão Pró-Índio



Um dos fundadores da União das Nações Indígenas  
fala de cidadania e nacionalidade

## Marcos, brasileiro, Nação Terena

Marcos Terena estuda administração na Faculdade Católica de Brasília, tem 25 anos e um curso de piloto. Ele, com outros oito índios estudantes, lançaram esta semana, em Brasília, um movimento pioneiro na causa indígena, uma espécie de confederação, ao estilo dos shuar, do Equador, pretendendo reunir as nações indígenas brasileiras para que lutem por uma política indigenista em benefício do próprio índio. A União das Nações Indígenas, Unind, não tem influências nem da Igreja nem de qualquer outra entidade ligada à defesa dos índios. Surgiu de longas conversas entre os índios que moram na Casa do Ceará, em Brasília, e estudam em diferentes escolas da cidade. Além de Marcos, a Unind foi planejada por representantes dos grupos bororo, xavante, tuxá e pataxo.

No dia 13 de abril, Marcos abordou o ministro Mario Andreazza, do Interior, quando este inaugurava oficialmente a Semana do Índio no Brasil. Ele queria saber sobre a demarcação de terras e o Parque Indígena Yanomani. E não ficou satisfeito com as respostas vagas do ministro, porque, como os demais índios, está cansado de viver em expectativa. "Nós temos pressa, os problemas devem ser resolvidos logo", disse ele.

Nesta primeira entrevista à imprensa que concede, Marcos Terena fala à repórter Memélia Moreira da Sucursal de Brasília, sobre a política indigenista atual e ideal, além dos problemas de discriminação sofrida por todos os índios que convivem com a Sociedade Nacional.

FOLHETIM — Como vocês estão vendo a política indigenista?

MARCOS — Ela tem sido morosa e o índio requer urgência para definir situações em que somos ludibriados. A morosidade gera um clima de tensão entre as duas partes: índios e brancos. É necessário que a Funai busque solução viável dentro da máxima brevidade, assegurando ao índio tudo o que ele tem direito, principalmente a terra. Nós que estudamos em Brasília sentimos que nossos esforços são em vão, principalmente quando tentamos nos aprimorar intelectualmente. Em contato com alguns diretores eles nos dizem que seremos bloqueados. Eles não admitem diálogo com um índio que estuda e que é formado. A partir do momento em que adquirimos certa maturidade, eles nos fazem proposta para requerermos nossa emancipação. Para nós a emancipação é um caso morto. Nem cogitamos disso. Nós nunca vamos requerer a emancipação. Eles devem entender que não vivemos em função dos desejos deles. Já que a Funai existe, ela tem de nos assistir. Ela foi criada em função dos índios. O papel da Funai não é nos pressionar para que façamos isto ou aquilo, mas nos ouvir.

O atual diretor do DGPC (coronel Ivan Zanoni) nos considera capazes e incapazes. Ele só nos considera capazes se pedimos emancipação. Se a política indigenista desta década começa assim, significa que nós não vamos poder pensar por nós mesmos. Temos procurado entrosamento com eles, eles bloqueiam porque nos consideram crianças. Como se não tivéssemos massa cefálica. Eles acham que eles sempre têm razão. Nunca aceitamos nossa ponderação.

FOLHETIM — Como deveria ser então a política indigenista oficial?

MARCOS — A política tem que ser baseada dentro daquilo que está na legislação, no Estatuto do Índio. O primeiro ponto, por exemplo, é assegurar ao índio o direito à terra; que considerem também nossas reivindicações, porque visamos juntar esforços para melhorar a política indigenista, corrigir erros. Não temos encontrado esse tipo de apoio. Eles pensam que sempre vamos pedir roupa e dinheiro. Não queremos roupa e dinheiro. Queremos ter condições de adquirir isto, como está escrito na Convenção 107 de Genebra: "Considerando que a Declaração de Filadélfia afirma que todos os seres humanos têm o direito de buscar o progresso material e o desenvolvimento espiritual dentro da liberdade e dignidade e com segurança econômica e oportunidades iguais".

Não quero dizer com isso que a Funai deve acabar com este tipo de assistência, pois há muitos grupos que ainda precisam disso, mas deve acatar o índio como indivíduo que pensa, acatá-lo quando ele está em outro estágio de aculturação.

FOLHETIM — Alguns políticos e secretários de estado têm feito ataques contra os índios, como o secretário de Segurança de Mato Grosso que chamou vocês de imbecis e preguiçosos. Como vocês recebem estes ataques?

MARCOS — Tem mais, o governador Frederico Campos declarou que falar de índio e Funai é pisar nos calos dele. O índio não é preguiçoso. O que ocorre é que o índio jamais trabalhou visando lucros, trabalhamos para ter o suficiente. Ja-

# Yanomami, o último santuário

Cláudia Andujar

No último dia 7 de abril, o presidente da Funai recebeu em mãos o documento final da criação do Parque Yanomami, elaborado por um grupo de trabalho da própria Funai. O documento está baseado em sólidos argumentos antropológicos e defende a ocupação indígena da área do parque, como o próprio Estatuto do Índio, artigo 23 o define. Ele considera a "ocupação efetiva da terra, que de acordo com os usos, costumes e tradição tribais, detém e onde habita ou exerce atividades indispensáveis à sua subsistência ou economicamente útil" independente de sua demarcação e atendendo "à situação atual e ao consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação". A área de ocupação justifica aproximadamente 10.000.000 de hectares com um perímetro de 2.950 quilômetros para uma população indígena estimada em 10 a 12 mil índios Yanomami. O parque pleiteado encontra-se no Estado de Amazonas no município de São Gabriel da Cachoeira e no Território Federal de Roraima, nos municípios de Caracará e Boa Vista.

## O ASSALTO CONSTANTE

A população Yanomami é o maior grupo étnico do continente americano que ainda vive sua cultura tradicional com contatos intermitentes e em parte, isolados. Até recentemente, os Yanomami haviam estado a salvo de contatos maciços com a sociedade ocidental. Esta situação de relativo isolamento face ao mundo não indígena deve-se em grande parte às dificuldades de acesso à região onde vivem. O projeto entregue ao presidente da Funai, objetiva assegurar a sobrevivência dos Yanomami, que serão extintos caso não se concretize a criação do parque.

O assalto à vida dos Yanomami é constante. Ela começou com a construção da Perimetral Norte em 1974 que cortou a área indígena e consequentemente dizimou a população de treze aldeias, em decorrência do contato com as equipes da construtora Camargo Correia encarregada da construção da rodovia, sem qualquer esquema de controle de saúde. Em consequência da construção da Perimetral Norte morreram cerca de 80 Yanomami em 1977, vítimas de sarampo. Em 1975 e 1976 o Radambrasil completou suas pesquisas e constatou minérios na região da Serra das Sururucus onde irônica e irônica vive a metade da população Yanomami, ou seja uns 4 mil índios, não imunizados a doenças viróticas. Eles vivem sob ameaça contínua de serem invadidos por aventureiros em busca do minério com a falsa pretensão de enriquecer o território que pretende candidatar-se a Estado. Depois de inúmeras tentativas da parte dos garimpeiros entrarem clandestinamente na área dos minérios, inclusive com o apoio dos governantes do território, o ministro Andrea



za, interceptou a ambição de pessoas interessadas, do governo e de políticos locais.

Mas o assalto continua. Ainda no mês de março (dia 19 de março) o Conselho de Segurança Nacional teve que negar mais uma vez a entrada de garimpeiros na Serra das Sururucus, pleiteada pela Câmara dos Vereadores de Boa Vista. Sabe-se que está circulando outra requisição do Ministério do Interior atualmente aguardando uma definição do ministro.

## ÁREAS DE FRONTEIRA

Existe ainda o projeto de Lei n.º 2.294 de 1979, do deputado Hélio Campos, que pretende defender as áreas limítrofes do País sugerindo a remoção e, em consequência, a "interiorização" das populações indígenas do País inteiro baseado em apelo à questão da segurança nacional. Em outras palavras ele está propondo a remoção de cerca de 90 mil índios brasileiros para liberar as áreas de fronteira. No caso de Roraima seu alvo é claro. E mais uma vez a cobiça ao minério que se repete. Para liberar as terras do "milagre

roraimense", o senhor deputado teve que inventar uma fórmula diabólica na remoção de todos os índios do Brasil desde o Pará e Amapá até o Rio Grande do Sul, violentando a Lei 198 da Constituição que garante o direito dos indígenas à posse e usufruto de suas terras. No caso Yanomami, tal medida tem o nome de genocídio. Para a Nação, a remoção das populações indígenas fora da faixa de 150 quilômetros ao longo das fronteiras representará o caos social. Será que o senhor Hélio Campos interrogou-se sobre o destino e reassentamento dos 90 mil índios em Estados de aculturação diferentes, em um País que vive sua maior crise com respeito à terra? Será que o senhor deputado não pensou em quantos desses 90 mil seres humanos morrerão e fugirão do País e a vergonha e o escândalo que causará essa fuga e essas mortes em âmbito internacional?

Mesmo se o projeto de lei do senhor Hélio Campos não for aprovado, e provavelmente não o será pela simples razão de bom senso, a cobiça aos minérios em área Yanomami continuará tanto da parte dos governantes como da parte do próprio roraimense que é altamente racista.

## A ARMA É A LEI

A sociedade civil brasileira e a comissão do parque, em nome do povo Yanomami, que ainda não tem voz, tem a obrigação de defender e usar a mais legítima arma que tem, a lei. Já que a própria Funai elaborou um projeto que reconhece o direito à criação do parque que engloba todos os Yanomami, ela como bom tutor, tem o dever de defender este projeto frente aos governantes de Roraima e o Estado do Amazonas, para que não seja mais uma vez responsável pelo extermínio de um povo. Os 4.000.000 de hectares que o senhor presidente da Funai mencionou em fevereiro, na ocasião de sua entrevista com o governador de Roraima em Boa Vista, como solução para a criação de um parque para os Yanomami, não representam as reais necessidades dos indígenas. Sem dúvida essa declaração foi feita desconhecendo a realidade dos índios Yanomami. Tendo em mãos agora o estudo e as justificativas elaboradas dentro dos quadros da própria Funai, com sólidos argumentos científicos, não há razão para deixar de reconhecer e levar em frente a criação do parque como a lei exige.

O projeto já conta com o apoio do mundo científico nacional e internacional e foi levado o ano passado e discutido em uma comissão da ONU, sendo até aprovado pelo Conselho Indigenista da Funai. Atualmente conta com uma moção de apoio com mais de 10 mil assinaturas de cientistas, políticos, humanistas, que defendem a proposta feita o ano passado pela Comissão pela Criação do Parque Yanomami.

Cláudia Andujar é coordenadora da Comissão pela Criação do Parque Yanomami junto à Funai.

## O pastor Roberto Swerch faz o balanço de dez anos de convívio Suruí-Funai: 70% da tribo morreu

O contato com o branco reduziu os Suruis, grupo indígena de Rondônia, em 70%; eles eram mais de mil em 1969, época do primeiro contato, e hoje estão reduzidos a cerca de 280 índios. A denúncia, feita em entrevista à repórter Izilda Alves, é do pastor Roberto Zwetsch, gaúcho, 27 anos, há cinco anos dedicado à causa indígena e que conviveu com o grupo de 1978 a 1979. Missionário da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, sua missão era desenvolver um trabalho de educação junto aos Suruis. Mas foi curta a permanência da família Zwetsch na área: ele, a esposa e uma filha pequena foram expulsos pela Funai, "sem explicações".

Na sua chegada à Reserva dos Suruis, parte do Parque Indígena de Aripuanã, o que mais o impressionou foi a reivindicação dos índios: "Eles estavam exigindo escola. Principalmente, os mais jovens, que já tinham saído da aldeia e visitado algumas cidades, como Porto Velho. Eles mostravam grande interesse em aprender a ler e escrever em português. Então, achamos que primeiro precisávamos aprender alguma coisa da cultura deles, da sua língua, e este foi o nosso primeiro trabalho. Não chegamos a realizar nada, em termos de educação, porque não houve tempo para isso, devido a algumas dificuldades que tivemos com a Funai.

Fundamentado nos seus estudos sobre os Suruis, o pastor Roberto Zwetsch afirma que, nestes 10 anos de contato, eles vêm sendo vítimas de sucessivas epidemias — principalmente, de gripe, sarampo, tuberculose e coqueluche — e que suas terras demarcadas em 1977, continuam sendo invadidas. Ele denuncia que a Reserva dos Suruis foi "invadida por mais ou menos 250 famílias".

Os Suruis vivem numa área de 230 mil hectares, dividida em duas aldeias: uma com 180 e a outra com cerca de 90 a 100 índios. A demarcação não tem impedido a invasão dessa área e o que se tem notado é que de ano para ano essa invasão aumenta, porque, como se sabe, continuam chegando constantemente a Rondônia levadas de imigrantes de diversos Estados. Numa estimativa por alto, apuramos que são mais ou menos 23 mil famílias sem terra, em Rondônia, o que significa uma pressão muito forte sobre as terras indígenas.

Os índios — prossegue o pastor — não aceitam de jeito nenhum esta invasão e constantemente estão indo a Porto Velho, pedir uma solução para a Funai, que há tempos vem prometendo a retirada dos colonos. Ainda em março — comenta o missionário —, foi publicado num jornal paulista, que o Incra (Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária) estava separando uma outra área para essas famílias, mas até agora não se sabe de nenhuma medida concreta nesse sentido.

Apesar de tudo, os Suruis — comenta o pastor — ainda guardam muito de suas festas e tradições e continuam falando sua língua, alguns chegando apenas a se expressar em português elementar. O missionário lembra que o contato com os Suruis foi iniciado em 1968 e levou um ano para ser feito: só em 69 é que a Frente de Atracção da Funai, os contactou face a face, trabalho realizado por Apolana Meirelles, hoje, delegado do 8.º Distrito Regional em Porto Velho.

Hoje, enquanto a Funai e o Incra não intervêm para resolver o problema da invasão de suas terras, os Suruis partem para a ação e "avisam os colonos que devem sair".

Esta crise observada pelo pastor é confirmada pelo "Porantim", jornal do Conselho Indigenista Missionário, da Amazônia. "Os Suruis invadem as casas levando mantimentos e utensílios, ferramentas e parte da produção, intimidando, exercendo de fato o direito que lhes cabe não só por razões legais como consta do próprio Estatuto do Índio, mas muito mais por razões históricas."

mais se viu um índio derrubando uma árvore ou matando um pássaro para lucrar com isto ou por simples prazer. O fazendeiro, o empresário não visa o bem-estar social, ele visa seu bem-estar pessoal. Eles adquirem terra indígena em benefício próprio. O índio não é preguiçoso, o que ele não tem é ambição deste tipo, de lucro.

Quanto à acusação de imbecil, queremos dizer que esta é uma discriminação natural em Mato Grosso. Sou de lá e sofri esta discriminação. Não podemos responder isto com palavras, só com ações.

MARCOS — Isto só acontece numa sociedade mal-orientada. Nesta semana, que é a Semana do Índio, a Funai pensou em mostrar aos mais jovens que o índio é também um ser humano, apenas com características diferentes: língua e costumes.

Em Mato Grosso do Sul, o índio terena quando termina o primário ou o ginásio acontecem duas coisas: ou ele casa e fica na aldeia ou vai continuar os estudos em outra cidade. Quando ele prossegue os estudos, deixa de ser chamado de índio, passa a ser chamado bugre, que na região é uma palavra pejorativa. Lá eles acham o índio terena passivo e somos pisoteados, e alguns chegam a achar isto natural. O terena realmente não discute e geralmente começa a estudar mais e termina se destacando. Na aldeia, ele não tem condições de progredir porque a terra é pouca, não serve para a agricultura e está cercada de fazendas. Se o índio sai da terra para ir mais adiante ele pode morrer, como aconteceu há dois anos atrás. Um terena saiu com dois filhos seus e foi morto juntamente com um de seus filhos pelos fazendeiros. Até hoje não teve solução, mas todos sabem quem matou.

FOLHETIM — Só no final do ano passado e início deste ano quatro índios morreram e os criminosos continuam soltos. Como vocês explicam estas impunidades?

MARCOS — O inquérito é feito nas delegacias regionais da Funai. Os funcionários trabalham naquela região, sofrem pressão ou são subornados. Eles se vêem quase obrigados a dar ganho de causa aos que têm mais dinheiro. Para acabar com isto seria necessário que a Funai fizesse um rodízio dos funcionários nas delegacias. Para não se viciarem.

FOLHETIM — A tendência do governo e dos ministros é considerar o índio como brasileiro. Vocês se sentem brasileiros?

MARCOS — Somos brasileiros naturais. Quando o Brasil foi descoberto nós já estávamos aqui. Podíamos ter outro nome, brasileiro só porque o nome que escolheram foi Brasil. O que eu penso é que mesmo com a cidadania brasileira deveríamos ser considerados indivíduos de nossas nações. Por exemplo, que na minha carteira de identidade se colocasse Marcos Terena, brasileiro, nação terena. Mesmo sendo de outra nação terminamos defendendo as riquezas do Brasil. Somos um dos componentes da nação brasileira mas somos distintos.

FOLHETIM — E a União das Nações Indígenas, como nasceu? Como surgiu esta idéia?

MARCOS — Lutar pelos direitos indígenas é uma missão que nos cabe. Todos os índios devem unir esforços para discutirmos os problemas de nossas nações. Temos conhecimento de nossos problemas e podemos fazer sugestões, discutir. Isto não significa que pensamos em destruir uma instituição que foi criada para nos assistir, mas pensamos em aperfeiçoar esta instituição para que ela nos assista melhor. Unind é ainda uma sugestão de unir esforços. Não há nada definido. O objetivo é despertar os índios para que não abdicuem da etnia, pois muitos dos índios que vão morar nas cidades se esquecem de sua terra, do seu povo, de seus antepassados. Como a Unind pensamos em despertar estes índios que vivem nas cidades de que eles não devem se envergonhar da etnia e devem lutar pelos direitos de todos os índios.

FOLHETIM — E qual será o trabalho da Unind junto à sociedade nacional?

MARCOS — Vamos mostrar que não somos um animal irracional, mas um ser humano, pois se persistir esta idéia, o índio vai acabar e fica só na história. Vamos mostrar que não estamos atrapalhando o progresso do Brasil, ao contrário, também trabalhamos para que o Brasil se destaque. Isto dentro das nossas possibilidades, é lógico.

# E agora, Rio Grande?

Na quarta-feira passada, enquanto um grupo de trabalho formado pelo governo do Rio Grande do Sul discutia os últimos detalhes de um projeto de regionalização da assistência aos índios — que passaria a ser feita através do Estado e da Funai (Fundação Nacional de Amparo ao Índio), que hoje monopoliza essa função — sete índios caigangues das reservas de Votouro e Nonoai chegaram ao palácio Piratini, pedindo ao governador a devolução das terras que lhes foram tomadas entre 1941 e 1963, e que totalizam 36.268 hectares.

A idéia desse convênio teria surgido do próprio governador Amaral de Souza, preocupado com a situação dos 5.500 índios que fazem parte das sete reservas existentes no Estado: Votouro, Guarita, Nonoai, Inhaacorá, Cacique Doble, Ligeiro e Carreiro. Assim, determinou que um grupo de estudos dirigido pelo secretário do Trabalho e Ação Social, deputado Augusto Trein, examinasse o assunto.

O grupo incluiu representantes de todas as secretarias de Estado, entidades de defesa da natureza, Cimi (Conselho Missionário Indigenista), Anai (Associação Nacional de Assistência do Índio) e de outras entidades preocupadas com o assunto. Mas, ao final, a proposição redigida pelo secretário executivo do grupo de trabalho, professor Tarcisio Deretti, teria excluído todas as sugestões dadas pela Anai e Cimi em relação as questões da terra e da autonomia para decidirem sobre o que, efetivamente, queriam em termos desenvolvimentistas ou culturais.

Dessa forma, os índios ficaram extremamente preocupados com as reais intenções do Estado e da Funai com a aplicação do projeto que, à primeira vista poderia esconder outros motivos. E reclamavam sobretudo pelo fato de não haverem sido consultados, embora no documento oficial constasse esse detalhe. O índio Nirê demonstrava, durante a semana, toda a desconfiança que sentia em relação ao Governo: "Nóis já fumo queimado cum água quente e agora temu medo de água fria..."

## O DOCUMENTO

A comissão de índios que esteve em Porto Alegre veio acompanhada pelo presidente do Cimi e bispo de Chapecó, em Santa Catarina, dom José Gomes. Eles mantiveram encontro com a imprensa, participaram de um debate sobre o programa pretendido pelo governo, com a presença de todos os que se interessam pela causa indigenista, e, na quarta-feira levaram ao Piratini uma carta que pretendiam entregar ao governador José Augusto Amaral de Souza, que está em viagem pela Alemanha. O vice-governador, Octavio Germano também não os recebeu. E somente puderam entregar o documento para o chefe da Casa Civil do Palácio, Augusto Berthier.

E, como não haviam sido consultados sobre o projeto, prometeram realizar amplos debates entre os povos que habitam as sete áreas indígenas sobre a intenção do Governo de fortalecer a cultura material, através da abertura de poços artesianos, compra de vacas de leite, galinhas, porcos, implantação de lavouras coletivas, ensino e saúde, entre outros itens, tudo num esquema inicial que deverá durar três anos, desenvolvido entre governo estadual e Ministério do Interior, através da Funai. Somente depois desses assuntos é que os índios preferem se manifestar, num documento que deverá estar terminado dentro de 40 dias, incluindo opiniões e, eventualmente, sugestões para a melhoria do nível da vida dos índios.

O presidente da seção gaúcha da Anai, em entrevista ao repórter Evilázio de Oliveira, advogado Caio Lustosa, lembra que a Funai mantém os índios sob tutela, conforme previsto na legislação indigenista. Porém, ignorou as formas culturais desses povos, esquecendo, como no caso dos caigangues, que eles eram caçadores, pescadores e sobreviviam da coleta de frutas, raízes, exploravam a agricultura de forma coletiva. Agora, com a destruição dos eco-sistemas, se dedicam apenas à agricultura, individualizada, por determinação da Funai. E, também aproveitam a euforia da soja para se dedicarem a esse tipo de cultura.

Os índios que normalmente preferiam morar próximo às roças, até por uma questão prática, foram obrigados a morar em pequenas aldeias, com casas de arquitetura absolutamente diversa das q-



estavam acostumados e as quais evidentemente preferem. Assim, é fácil saber que índios queimaram os fornos e assoalhos de suas casas, preferindo dormir no chão, como sempre fizeram seus ancestrais.

Caio Lustosa afirma que a Funai, de acordo com a lei deve proteger as populações indígenas para a conservação de suas características culturais, mas acaba acenando com o princípio de integração na sociedade. Com isso surgem verdadeiras empresas rurais dentro das reservas, com nítidas características comerciais, sobretudo na exploração da madeira. Ele cita como exemplo da riqueza dessas reservas, Guarita, nos municípios de Tenente Portela, Redentora, Miragual e Reval Seco, onde a área de 23 mil hectares tem uma cobertura florestal de 30 por cento, enquanto o Estado tem uma cobertura de apenas 0,8 por cento.

O presidente da Anai lembra também uma denúncia feita por Darcy Ribeiro, de que todas as remessas dos lucros obtidas

na exploração das terras indígenas, enviadas para Brasília, eram utilizadas 80 por cento na manutenção da burocracia e os restantes 20 por cento destinadas aos índios, contrariando a lei. Essa denúncia não teria sido respondida.

## FIM DO MONOPÓLIO

Ao falar sobre o Programa de Promoção das Comunidades Indígenas do Rio Grande do Sul, como é chamado o futuro convênio entre o Governo Estadual e Funai, Caio Lustosa menciona as ressalvas feitas pela Anai, Cimi e demais entidades que participaram dos estudos, conforme constam do documento entregue à Secretaria do Trabalho e Ação Social. Ele diz que a regionalização permitirá que os Estados tenham intervenção em áreas que são monopólio da Funai. Lustosa acredita que isso pode ser muito perigoso, principalmente nos Estados do Norte ou Nordeste, onde os governantes estão extremamente envolvidos em audaciosos projetos desenvolvimentistas. Dessa forma, diz o presidente da Anai, os interesses dos gover-

nos seriam acima das preocupações com as áreas indígenas.

O importante, segundo ele, é que o projeto não seja utilizado para a manipulação dos índios. Que eles tenham direito de decidir sobre sua própria cultura, hábitos e modo de vida. Nesse aspecto, Lustosa considera fundamental a preservação das línguas nativas, que já estão sendo esquecidas pelas gerações mais novas de diversos povos.

É possível que a intenção camuflada do Governo seja a emancipação do índio, como ressalta o bispo d. José Gomes. Mas, seja como for, os índios gaúchos prevêem dificuldades dobradas depois da assinatura do convênio. Os sete índios que estiveram em Porto Alegre, Nirê, Rilkae, Peri, Wanifel, Doiengre, Arican e Riemlagen, não esconderam este temor com o futuro dos 5.500 índios que habitam 51 mil hectares de terra, dividida em sete áreas. Sobretudo, quando sabem que o Governo Federal já desenvolve estudos para convênios semelhantes em outros Estados.

## Contatos imediatos

João Pacheco, antropólogo do Departamento de Antropologia do Museu Nacional e presidente da Comissão Pró-Índio do Rio de Janeiro, trabalhou durante 8 anos junto aos índios Tikuna, no Amazonas. Em entrevista ao repórter Nilton Caparelli, ela analisa a história dos contatos entre os índios isolados e a sociedade nacional.

**FOLHETIM** — Dizem que a história do índio no Brasil é a história de sua extinção. É verdade?

**JOÃO PACHECO** — Em 1500 e 1600 dois viajantes passaram pela Amazônia, Carvalho e Acunha, que descrevem a região como uma área fértil de vida, cheia de tribos indígenas extremamente fortes, bem nutridas, resistentes, com condições de se opor à penetração do branco, desenvolvendo uma tecnologia adaptada ao meio ambiente, com organizações políticas bastante elaboradas. Esse é um relato do século 17 no máximo.

Em 1860, Tavares Bastos, um outro desbravador que passou nessa área, vai descrever a Amazônia como uma das maiores solidões que o espírito humano já constatou. Quer dizer, a penetração, a entrada do branco, aniquilou uma série de grupos indígenas. Se formos ver a relação dada por Carvalho, Acunha e outros viajantes

daquele século, grande parte dos nomes mencionados por eles não se tem qualquer notícia posterior. Foram extintos pelo primeiro contato. Isso até o final do século 19.

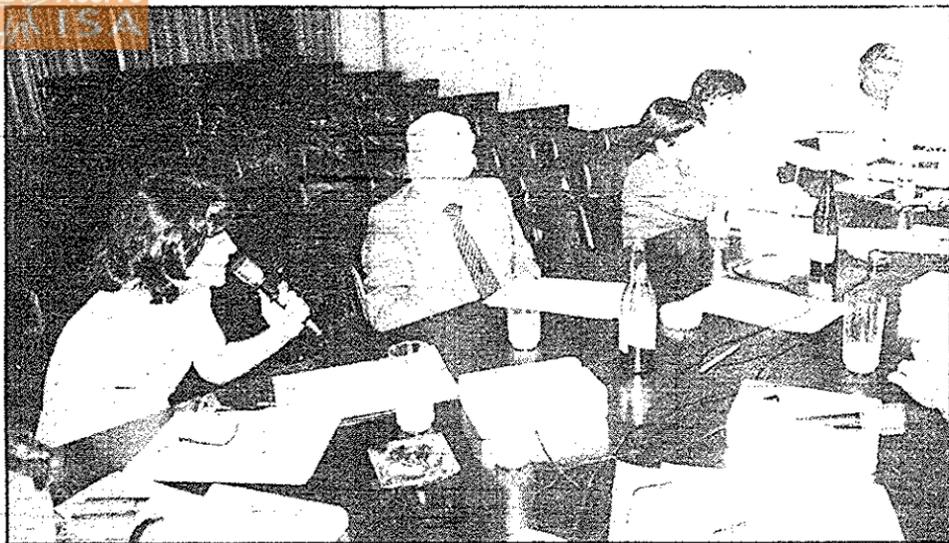
Mesmo no século 20 há um processo de extinção bastante acentuado de grupos indígenas. Possivelmente entre o início do século 20 até a década de 50 muito mais de 50 grupos indígenas desapareceram inteiramente. Temos um processo de dizimação maciço. Ainda hoje existe uma série de grupos que está fora do contato, fora da relação como homem branco. E esses grupos passam por um processo dito de pacificação que é nocivo e leva a uma redução da população extremamente significativa. Existem notícias de que o grupo Suruí, que foi atraído no final da década de 60, formava uma população de aproximadamente 1000 índios. Dez anos depois, restam menos de 300 pessoas: um processo de extinção violento. No caso de outro grupo, os Krenhakarore, também ocorre um processo de redução extremamente acentuado.

Existem grupos que foram reunidos pelos Villas Boas no Parque do Xingu, os Yawalapiti, quase que foram extintos. Os Villas Boas conseguiram reunir algu-

mas pessoas, que através de casamentos, estavam habitando outros grupos. Tentaram, então, construir uma comunidade integrada. Esse grupo foi quase que revivido, através da ação protecionista. Realmente o processo de dizimação é muito forte. Além do processo de dizimação é importante sublinhar a continuação dessa penetração em grupos ainda virgens de contatos.

**FOLHETIM** — Como, a seu ver, deveriam ser tratadas essas comunidades indígenas virgens de contatos com os brancos?

**JOÃO PACHECO** — Deixar como está não é correto, pois chegariam primeiro as empresas que fazem prospecção de minério. O Exército que está construindo estradas nessas áreas, madeiras, empresas agropecuárias, que aniquilariam essas populações indígenas diretamente através de uma ação violenta, ou indiretamente, através da própria falta de preparo para esse contato, não levando uma proteção sanitária e médica adequada, que é o que praticamente aniquila o grupo. Alguma espécie de integração deve ser feita. Agora, esses grupos têm que ser integrados à sociedade nacional de uma forma muito específica.



Cláudia Andujar, Brigadeiro João Camarão Telles Ribeiro, Carmem Junqueira, Lux Vidal, Audálio Dantas, Carlos Guilherme Mota, Aracy Lopes da Silva, Olympio Serra, d. Tomás Balduino e Modesto da Silveira.

# Mesa-redonda A sobrevivência das comunidades indígenas

Neste debate coordenado pelo prof. Carlos Guilherme Mota, um painel do problema indigenista no Brasil. No centro das discussões, a preocupação com a sobrevivência das comunidades indígenas, a maioria das quais vítimas de todos os tipos de pressão sobre seus direitos. Participam desta mesa-redonda: Audálio Dantas, jornalista e deputado federal; Lux Vidal, professora de antropologia na USP, com trabalho de campo entre os índios Kayapó, no Pará, de 1960 a 1969; Carmem Junqueira, professora de antropologia na PUC de São Paulo, com trabalho de campo junto aos índios Cinta-Larga (Parque do Aripuanã, Rondônia); Tenente Brigadeiro João Camarão Telles Ribeiro, estabeleceu na fronteira norte — Amazônia, Guianas, Venezuela e Colômbia — alguns postos operados por missionários e apoiados pela Força Aérea, mantendo

frequentes contatos com o SPI, Funai e Missionários durante 15 anos de atividades profissionais na Amazônia; Cláudia Andujar, coordenadora da Comissão pela Criação do Parque Yanomami, com trabalho de campo em Roraima, entre os índios Yanomami, desde 1972; Modesto da Silveira, deputado federal pelo PMDB do Rio de Janeiro; Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás, missionário por 11 anos no Araguaia e Xingu, membro do Conselho Indigenista Missionário, Cimi, do qual hoje é vice-presidente depois de exercer a presidência entre 75 e 79; Olympio Serra, trabalhou dez anos na Funai, tendo dirigido o Parque Nacional do Xingu nos últimos três anos; e Aracy Lopes da Silva, professora de antropologia na USP, pesquisadora entre os Xavante do Mato Grosso e membro da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

**LUX VIDAL** — E de grande importância a participação de toda a sociedade civil em defesa dos direitos das populações indígenas. E o momento é extremamente adequado para a criação de uma comissão parlamentar permanente empenhada nesta defesa. Especialmente quando vemos que, ao se querer proteger as sociedades indígenas, demarcar suas terras, defender os seus direitos, aparecem grupos, extremamente bem organizados de fazendeiros, agropecuaristas, madeireiros etc; lesivos a essas comunidades. A organização de diferentes grupos, em diferentes níveis, quer seja uma comissão permanente parlamentar, quer seja um conselho dos índios brasileiros, é extremamente importante para se ter a força de propor soluções e, também, de cobrar do governo e da Funai a aplicação do que for decidido de uma maneira mais ampla por toda a sociedade.

Eu digo isso e quero só dar um simples exemplo. No princípio desse governo, a Funai mostrou-se extremamente aberta no que se refere à demarcação das terras. Eu lembro que em 79, o então presidente da Funai, Ademar da Silva, em relação à terra dos Mangueirinha, disse aos índios: "você podem recuperar as terras de Mangueirinha porque são suas". Isso estava nos jornais. Poucos meses depois, esses índios perderam na Justiça as terras que lhes pertenciam e o presidente da Funai se demitiu por causa de pressões muito fortes, às quais ele estava submetido. E, pouco meses depois, é assassinado o líder Angelo Cretan numa emboscada no Rio Grande do Sul.

Todos esses fatos se relacionam, até se chegar à proposta de regionalização, uma solução suicida que nós não podemos aceitar. Temos que reagir, através da formação de grupos em todos os níveis, para poder remediar a esta situação.

**CARMEM JUNQUEIRA** — A nossa preocupação unânime neste debate é com esse problema da regionalização, essa proposta da Funai de entregar aos governos estaduais a questão indígena. É mais um "pacote". Desta vez, um "pacote" para os índios. O interessante é que o próprio governo está dando os argumentos de combate à regionalização. E eu tenho

um aqui, em mãos. No último domingo, dia 13 de abril, no jornal "O Estado de São Paulo" saíram as declarações do secretário da Justiça de Mato Grosso do Sul, sr. Domingos Sávio Brandão Lima, onde ele revela de um modo bastante claro a posição do governo estadual frente ao problema indígena.

Depois de fazer acusações bastante sérias à ação da Funai, o secretário se rebela contra os projetos da Funai que, segundo ele, visam a estrangular o progresso do Estado, ou então, o que ele acha pior ainda, visam a transformar o Estado de Mato Grosso num território indígena. Toda essa ira deve-se, segundo ele diz, ao fato da Funai ter solicitado a interdição de uma área de um milhão de hectares, no município de Aripuanã, com a ideia de criar ali uma futura reserva.

Portanto, um primeiro argumento contra a regionalização está em que os governos estaduais, de áreas com população indígena bastante significativa, não conseguem desenvolver sequer uma atitude que seja sensível. Todos estamos lembrados que, em 77, quando houve a CPI da Terra, Mato Grosso foi apontado como o Estado da União onde se realizavam os maiores escândalos fundiários, mas não só envolvendo terras devolutas, Mato Grosso tem sido, tradicionalmente, o parque da maior invasão de terras indígenas do País. E o campeão.

Também, diante da fala do secretário da Justiça de Mato Grosso, eu me recordava de outras coisas estranhíssimas. Por exemplo, quando em 73 foi pedida a licitação de dois milhões de hectares, essa área foi dividida entre quatro ou três empresas de um indivíduo, que seria a Roniza (?) Ltda., Rendani Empreendimentos, com um milhão de hectares. João Carlos de Sousa Meireles, 200 mil hectares, Indeco S/A, com 400 mil hectares. Quando, em 1977, esse assunto foi levado ao Congresso para discussão, constatou-se nada mais nada menos do que várias dezenas de irregularidades, entre elas, eu vou citar apenas algumas: dupla venda de terras pelo governo do Estado; parte da área licitada encontrava-se sub-judice; não havia obediência a dispositivos do Estatuto da Terra, nem aos princípios bá-

sicos da licitação; capacidade técnica e financeira dos licitantes não comprovada; outorga de escrituras definitivas sem observação dos prazos contratuais; outorga de escrituras definitivas antes da implantação de 50% das obras de infraestrutura, que é uma exigência contratual; outorga da escritura definitiva antes da aprovação dos projetos definitivos pelos órgãos competentes, como a Sudam, In-cra etc.; venda sem discriminação da área licitada... e uma série de outras irregularidades.

Isso, segundo a própria CPI, em 1977, se constitui, realmente, no maior escândalo imobiliário do Mato Grosso. Então, vocês vejam como é interessante a disposição do próprio secretário da Justiça daquele Estado, em se espantar com a solicitação de interdição de um milhão de hectares para abrigar várias nações indígenas e não se lembrar de um fato que ocorreu há tão pouco tempo atrás.

Então, eu pergunto: como acreditar que os Estados estejam realmente habilitados a colaborar intimamente com a Funai, repartindo com ela a responsabilidade da tutela dos índios? E só isso.

**BRIGADEIRO CAMARÃO TELES RIBEIRO** — Eu não sou indigenista. Apenas por condições profissionais me coube, durante 15 anos de experiência amazônica, com recursos da Força Aérea, assistir a missões indígenas. E tive mesmo a oportunidade de lançar operações para questões de fronteira, criando-se um trinômio: FAB, missionário, índio.

Portanto, repito. Não sou indigenista. Conheço e estimo os índios, acompanhei de perto com extrema simpatia o trabalho de missões, tanto católicas quanto protestantes. Quando, tentando vitalizar a fronteira norte, na época muito abandonada, a minha ideia-era de que a única possibilidade de sobrevivência de uma pequena tribo seria através do missionário. Hoje, isso não está na moda. Tanto que um ministro burocrata competente, com a maior levandade, praticamente condenou essa gente — e alguns desses grupos missionários vivem há mais de 50 anos no meio dos índios, com um trabalho de amor, de continuidade, que dificilmente a Funai ou funcionários públicos po-

deriam imitar. Funcionário público, só o especialmente dotado. Caso dos irmãos Vilas Boas, por exemplo.

Uma das ideias daquele trinômio: índio, missionário e FAB, era exatamente dar esse apoio, tornar a missão mais eficiente, trazer os recursos modernos com facilidade, através de transportes, e assistir essa nacionalização progressiva, essa integração progressiva do índio.

A posição oficial de condenar as missões é, evidentemente, uma posição que não levou em conta o problema do amor, da dedicação que não se pode exigir a não ser de pessoas especiais. As Igrejas cristãs têm uma forma de selecionar e descobrir essas pessoas. A Funai provavelmente não possui atrativos suficientes para isso e, então, tem que depender da casualidade de alguns funcionários dedicados e trabalhando isolados e quase sempre incompreendidos pelo órgão burocrático. A aculturação, como a víamos, tinha que ser lenta e através de uma missão de amor, de uma missão de respeito humano sobretudo, tolerando as bizarras comportamentais indígenas com suficiente calma e tranquilidade, para corrigi-las com o tempo.

Numa das tribos que conheci, por exemplo, a falta de crianças se devia ao fato de a mulher, sobrecarregada, não poder cuidar de mais de uma criança de cada vez. Então, crianças que nascessem enquanto a outra não estava independente tinham que ser sacrificadas. Isso fazia com que a tribo mantivesse aquele número baixo de população. Hoje, essa tribo de cinquenta e poucas almas passou a 500. Ela está tendo recursos de agricultura, de pecuária, que permitem, sem avançar nas áreas vizinhas, a sobrevivência da tribo. E ela continua vivendo, em grande parte, por custa própria, sem receita externa. Eu só queria dar esse testemunho para justificar minha presença.

**CLÁUDIA ANDUJAR** — Os dois últimos meses em Brasília, por convite da Funai, eu participei de um grupo de trabalho que desenvolveu uma nova — e esperamos que última — proposta para a criação do Parque Yanomami. Esse documento está agora na mesa do presidente da Funai, es-

perando para ser entregue ao ministro do Interior. E esperamos seja aprovado porque, da criação do Parque Yanomami depende a sobrevivência de uns 10 mil índios em Roraima e no Estado do Amazonas. Fiz essa introdução para explicar que passei um tempo na Funai, e pude observar que os seus próprios antropólogos estão vendo essa regionalização como um esvaziamento de um dos departamentos da Funai, eliminando-se, de dentro do próprio órgão, as pessoas realmente empenhadas nas questões indígenas. Assim, na cúpula da Funai não vai ficar ninguém a não ser os coronéis — e, no momento, eles são 14.

Outro perigo dessa proposta de regionalização atinge também a criação do Parque Yanomami, pelo qual se luta atualmente. Temos que apontar alguns fatos, acontecidos no ano passado, que demonstram muito bem a atitude de um governador como o de Roraima, que é totalmente antiindigenista, e cuja opinião a Funai, vai buscar para a demarcação do Parque. O apoio que o presidente da Funai está esperando do governo de Roraima, já se pode prever, será desastroso. No ano passado, por exemplo, os governantes de Roraima foram as pessoas que fizeram a maior campanha para a entrada dos garimpeiros na serra dos Surucucus, onde vive a metade da população Yanomami, quer dizer, quatro mil índios. Essa entrada, ou reentrada dos garimpeiros lá, é simplesmente um genocídio. E o desejo dos governantes de Roraima é ter o garimpo reaberto, justamente no momento em que a Funai preparou esse documento para a criação do Parque.

Para completar, o presidente da Funai, em fevereiro, visitou Roraima, e, ao voltar de lá, declarou que antes da criação do Parque precisará consultar o governador, o Incri, o IBDF, enfim, todas as entidades que poderiam ter interesses dentro da área Yanomami. Então, eu pergunto a vocês qual poderá ser o destino do povo Yanomami quando, em primeiro lugar, serão consultadas todas essas entidades e o governador, com interesses muito diferentes daquele que seria o da sobrevivência de um povo. Com esse fato concreto eu pergunto a vocês: como essa regionalização pode beneficiar?

### Congresso não quer compactuar com o genocídio

MODESTO DA SILVEIRA — Audálio, eu e muitos outros parlamentares nos reunimos, provocados pelos especialistas do assunto, para examinar a questão dos índios: E, em cima desse exame, depois dos primeiros contatos com alguns antropólogos, fizemos algumas reuniões em Brasília e tomamos a decisão de formar uma Frente Parlamentar de Defesa do Índio. Fizemos o rascunho de um documento e, em menos de uma hora, dia 10, quinta-feira passada, coletamos 20 assinaturas de parlamentares de boa vontade de todos os partidos, exceto o partido oficial do governo — mas, temos a esperança de que também elementos democratas e humanistas desse partido venham a aderir a essa frente.

Nós sentimos que na verdade é uma luta difícil. Temos consciência disso porque, na medida em que se constata que a terra se valoriza e que se descobrem riquezas no subsolo, é evidente que a ganância de tanta gente, de indivíduos e de empresas, multinacionais e nacionais, continuará tentando dizimar os índios, como tem ocorrido até de uma forma que não se pratica nem mesmo em guerras convencionais de países contra países. Ainda há poucos dias um colega nosso nos informava que, em certas regiões de Mato Grosso, provavelmente em outros Estados também, já se aplica até o famoso agente amarelo, que os americanos usaram largamente no Vietnã como desfolhantes de toda a mata vietnamita. E aqui ele é usado para deslocar, para dizimar, enfim, certas populações indígenas em diversas áreas.

Mas outras formas têm surgido, um pouco mais perigosas porque mais sutis, como essa da descentralização da Funai e a outorga a terceiros interessados na tutela do índio. E nós já conhecemos bem e sabemos até o endereço que isso tem. Um endereço muito certo quando a gente soma isso a outros projetos que chegam ao Congresso. Um deles, por exemplo, pretende retirar das áreas de fronteira, num limite de 150 quilômetros, todos os índios. O que significa uma verdadeira diáspora de dezenas ou centenas de tribos indígenas, que seriam deslocadas, representando a liquidação, não apenas em termos da cultura, desses próprios povos.

Isso significaria liquidar, pura e sim-

plemente, e de forma legal, senão a totalidade, mas pelo menos uns dois terços de todos os índios existentes no Brasil. Para tanto, procura-se usar o Congresso Nacional como responsável legal de toda essa matança que se vem desenvolvendo no País.

Então, em cima dessa consciência, e não querendo compactuar com isso, é que nós queremos ser os porta-vozes dessa sociedade que clama contra essas injustiças, contra esse desumanismo e, até mesmo, contra aqueles parlamentares que vêm compactuando e estimulando, por interesses menores, a dizimação final dos nossos índios.

### Essa abertura é antioperário e antiíndio

D. TOMAS BALDUINO — Eu não trouxe nada esquematizado e faço minhas colocações dentro do que está nascendo neste debate. Numa observação geral, o problema indigenista interfere na problemática mais ampla do próprio modelo. Vejo isso do lado missionário, pastoral, e vejo do lado político. Do lado missionário a atuação junto aos índios está iluminando o miolo da nossa opção pastoral. E iluminando de uma forma que nos leva às origens mesmo da Fé, que nasce sempre da margem. A Igreja, de certa maneira cresce sempre pelas suas margens. A margem ilumina o centro. E agora avançamos justamente por essa opção marginal, que é destinada a trazer uma conversão dentro da própria Igreja.

Levando a reflexão para dentro do processo político, diz-se que a abertura fracassou. Mas eu acho que a abertura está coerente com a abertura; isto é, ela é relativa, é mais formal do que real, mais elitista do que participativa. De maneira que ela não fracassou, ela está caminhando como deveria caminhar. A abertura sucede a um regime militarista repressivo, até mesmo por ordem superior, ordem do comando mundial da Trilateral que agora está de mal com Pinochet e está olhando um pouco de banda o Uruguai. Então, a abertura está aí. Agora, ela é anti-tipo, antioperário, antilavrador, é anti-índio e é elitista. Portanto, eu acho muito adequada a colocação da Carmem Junqueira em termos da necessidade de uma Assembléia Constituinte.

Entretanto, eu lembro que estávamos eufóricos com a grande repercussão da campanha contra a falsa emancipação e, agora, eu acho, a causa indigenista está em baixa. Os jornais, que me desculpem a "Folha" e o "Estadão", eles estão muito sovinas em dar cobertura à causa indigenista. Não digo tanto pela "Folha", né? (risos). Justiça seja feita.

MOTA — A posição da "Folha" já foi fixada em editorial.

D. TOMAS — Pois é, meus respeitos. Houve um tempo, quando o CIMI — Conselho Indigenista Missionário — eram três gatos pingados, que a gente brincava dizendo que tínhamos uma grande empresa que era o "Estadão". Toda a questão indigenista era amplamente divulgada pelo "Estadão". Mas no momento presente isso está em baixa, talvez devido a um acordo tácito entre a grande empresa de divulgação e o Poder que está aí, esse poder que definiu uma abertura que nós sabemos ser relativa demais.

O fato é que a problemática indigenista põe a nu a situação de um regime e de um modelo, põe a descoberto toda essa falcatrua oficial amparada por todos os poderes em Mato Grosso, e que agora procura de novo avançar contra o Índio. Eu falaria uma palavrinha sobre isso, ainda, para iniciar uma análise que talvez pudéssemos aprofundar aqui com relação a essa estadualização ou essa regionalização que não é outra coisa senão a manutenção dos dois esteios do sistema: desenvolvimento e segurança.

Eles estão querendo agora as terras. O Ministério do Interior, que é o ministério da fronteira agrícola e pecuária está empenhado a fundo nisso. O modelo Delfim Neto de exportação conta com isso. Acrescente-se a isso a perspectiva da energia alternativa, que avança sobre as terras nas plantações de cana-de-açúcar, um avanço que precisa de um esquema de segurança. A presença, por exemplo, militarista na Funai não é por acaso. A estadualização, ou regionalização, é a segurança controlando a área indígena. Não é outra coisa. E com que objetivo? Com o objetivo de favorecer os mesmos latifundiários que acumulam a função de latifundiários com o exercício da política nas áreas provincianas.

OLYMPIO SERRA — A Igreja dos

Profetas, dos bocas-de-Deus, tem tido um papel inspirador muito interessante para a sociedade civil brasileira. E poderia marcar esse exemplo com as lutas indigenistas. Praticamente, a sociedade civil só se mobilizou em torno de populações indígenas, comovida pela brutalidade da expansão das fronteiras internas. O Serviço de Proteção ao Índio — SPI — nasce aí. E, singularmente, o que sobra é o breve do Papa Paulo 2.º: "Os índios são seres humanos." Esse argumento é que sustentou a luta dos pioneiros do indigenismo oficial no Brasil. Digo pioneiros para marcar o salto qualitativo que foi criar-se um serviço ligado ao governo central, ligado à União. Passamos esses sessenta e poucos anos de indigenismo numa experiência variada, multiforme, e a sociedade civil permaneceu à margem. Eventualmente, participava desse debate, quando uma comocão maior como o massacre dos "Cintas Largas" em 63, sacudia ou revoltava a opinião pública.

Depois só voltariamos a ter outro movimento significativo, quando o governo, coerente com seus programas de segurança nacional, propôs a emancipação, isto é, a eliminação da tutela dos índios pelo governo central. Embora, nós todos nos mobilizássemos em torno de argumentos que colocavam a emancipação como uma ameaça direta aos territórios indígenas, na verdade, o que sobrou dessa campanha foi uma ideologia ou foram princípios que a Igreja também tinha retomado por volta de 74/75: a autonomia dos povos tribais. Ou seja, encerrar as sociedades indígenas enquanto povos, não apenas como um aglomerado de seres humanos possíveis de se tornarem brasileiros.

E agora surge essa proposta de estadualização que seria, a meu ver, parafraseando Alcida Ramos, a emancipação revisitada. Aquela conquista qualitativa, que foi a tutela pela união passaria aos Estados, cujos exemplos históricos estão bem vivos na memória da sociedade civil. Em 1967, quer dizer, há muito pouco tempo, o governo do Estado do Rio Grande do Sul, que respondia por postos indígenas, liquidou literalmente duas populações indígenas, Serrinha e Vetar, para, evidentemente, se apossar dos seus territórios.

Portanto, é evidente que a tutela com a descentralização, ou estadualização, sofrerá o mesmo abalo que se prenunciava nas medidas propostas para a emancipação das populações indígenas. O exame mais rudimentar dos convênios assinados com os governos de Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul demonstram cabalmente essa intenção. Queremos crer que o retorno do debate sobre indigenismo coloca novamente a questão do respeito aos povos tribais, como povos, e da defesa da tutela enquanto mecanismo adequado para a convivência paritária de povos dentro de um Estado.

### Até a fome no Brasil é culpa dos índios

ARACI LOPES DA SILVA — Depois das declarações de todos os participantes da mesa, gostaria de caracterizar a minha colaboração com mais uma denúncia de um fato concreto, através do qual esse problema da regionalização se torna, outra vez, muito claro nas suas intenções de espoliação e de opressão aos povos indígenas.

Tenho trabalhado com os Xavantes nestes últimos oito anos e, nesse tempo, tenho assistido a uma luta realmente tensa, e intensa, dos Xavantes da região do rio Couto Magalhães, pela recuperação de umas terras das quais eles tinham sido expulsos por expedições punitivas e por massacre na década de 50. Eles retornaram a essa terra no começo de 60 e 70 e agora, em dezembro passado, foi decretada a reserva de Parapubu, que devolve parte dessas terras aos Xavantes. Bom, a maior parte dessas terras que são agora devolvidas pertenciam à Fazenda Xavantina, que tinha como um dos acionistas, Ney Braga, e um outro, Jarbas Passarinho.

O interessante de se notar é que agora, depois de pelo menos 10 anos, quando os Xavante conseguem a sua terra, imediatamente surge uma reação intensa dos fazendeiros da região de Barra do Garças, atingidos pela desapropriação, que ainda não se efetivou, mas vai se efetivar ou deveria se efetivar dentro de algum tempo breve. Esses fazendeiros da região — em muitos casos são os mesmos responsáveis pela chacina do Merure, onde foram assassinados o índio Bororo Simão e o padre salesiano Rodolfo Duckenheim —

agora estão organizando uma campanha publicitária violenta, com matérias pagas, difamando os Xavante, declarando-os bêbados, mendigos, corruptos. E os argumentos que eles usam é que a demarcação dessa reserva, e a desapropriação dessas fazendas, impediria o processo de desenvolvimento do Estado do Mato Grosso e, conseqüentemente, minaria a tentativa do País de equilibrar a balança de pagamentos e de conter a inflação.

Em última análise, pelos argumentos dos fazendeiros, a questão da fome no Brasil é também culpa dos índios, porque as reservas indígenas bloqueiam o desenvolvimento.

Por outro lado, esses fazendeiros estão se apoiando cada vez mais no Poder oficial, ao mesmo tempo em que atacam a Funai como responsável, porque ela agiu, depois de tantos anos, em favor dos Xavantes. E eles contam com um representante, que é o deputado estadual Roberto Cruz, do PP do Mato Grosso, e que, segundo o senador Gastão Müller, será futuro deputado federal pelo Mato Grosso. E esse deputado conseguiu que um representante dos fazendeiros de Mato Grosso fizesse parte desse grupo de trabalho interministerial, que examinará a questão da desapropriação da terra no município de Barra do Garças. O interessante é que esse mesmo deputado acoberta e protege, nas suas terras, um dos participantes do ataque a Merure. E esses dados são públicos, porque através de matérias pagas que esses mesmos fazendeiros e esse deputado fizeram publicar em jornais de Goiânia e revistas do governo do Mato Grosso do Norte, há uma inversão muito clara dos fatos, ao ponto de essas pessoas que declaradamente participaram da chacina de Merure serem tratadas então como vítimas pela perda da terra. Há uma inversão total e todos os meios de divulgação estão, realmente, nas mãos desses fazendeiros, dessas pessoas ligadas a interesses econômicos mais poderosos, ao mesmo tempo que ligadas ao poder oficial do Mato Grosso.

Então, eu acho que esse é apenas mais um dos fatos que ilustram com muita clareza o que significa essa regionalização, que não é senão a entrega do destino dos pobres indígenas aos interesses contrários à sua sobrevivência.

Por outro lado, acho interessante o fato de a Funai ser tanto criticada pelos que defendem realmente os interesses reais dos índios, quanto pelos que se opõem aos índios. O que revela que a situação é de caos, realmente. Mas, isso recoloca, também, a questão da necessidade ou não da tutela. E minha opinião é a de que há, sem dúvida alguma, a necessidade da assistência da tutela para a defesa dos direitos básicos de saúde, de educação, de terras e de informação para que os índios possam decidir com conhecimento de causa. Então, há necessidade de algum mecanismo de garantia desses direitos.

MOTA — Bom, agora a palavra evidentemente é livre e não há nenhuma necessidade de indução. Me parece que haveria pelo menos uma idéia de nós nos determos na questão dos mecanismos de garantia de direitos, a que se referiu a Araci. Na verdade, trata-se de discutir esses direitos de maneira mais abrangente; reconceituando inclusive essa nova sociedade civil de que se fala. Portanto, gostaria de deixar a palavra absolutamente livre para que se pensasse em torno disso.

### Os posseiros também são vítimas desse modelo

AUDALIO DANTAS — A formação da frente, se é que se pode chamar assim, ou do grupo parlamentar de defesa do Índio, é uma conseqüência natural do trabalho que vem se desenvolvendo em setores da sociedade, principalmente aqueles envolvidos diretamente na questão do Índio, o trabalho da Igreja, principalmente, de grande importância. Então, são duas coisas no plano do Congresso Nacional, para ficar claro.

Uma é a atuação deste grupo de parlamentares, independente das comissões a que fazem parte. Ou seja, este grupo se compromete a atuar sempre, em conjunto ou individualmente, no sentido de que a questão do Índio seja sempre objeto de debate no Congresso, seja no plenário, nas comissões etc.

Outra coisa é a Comissão Permanente. Não propriamente uma comissão, pois isso não seria possível, mas uma subcomissão permanente dentro da Comissão do Interior, que é a qual compete a questão indígena. E esta subcomissão está praticamente resolvida uma vez que na reu-

não da semana passada, entre as lideranças de todos os partidos, a questão foi levantada pelo líder do PMDB, deputado Freitas Nobre, e recebeu a aceitação de todas as lideranças dos demais partidos, inclusive, o partido do governo. De forma que essa subcomissão é uma conquista, um passo importante para a luta no âmbito parlamentar. E aqui, nesta mesa-redonda, já se levantaram questões muito importantes que nos fornecem, a mim e ao Modesto da Silveira, elementos suficientes para que possamos levar a cabo, de maneira mais eficiente, o nosso trabalho. A questão da regionalização, ou da estadualização, é evidente que ela facilita a corrupção, como muito bem demonstrou a Carmem Junqueira.

Gostaria de sublinhar a questão colocada por dom Tomás Balduino, de que este modelo vigente é antiíndio como é antipovo em geral. Portanto, se nos estamos solidários com a luta dos trabalhadores do ABC ou de outras regiões do País, nós devemos considerar que esses trabalhadores, como os índios, são parcela da maioria marginalizada neste País.

Outra questão que se levanta, e é bom que se coloque aqui, é a dos posseiros. Frequentemente se invoca a questão dos posseiros para dizer que essas pessoas também têm direito à terra. E eu digo que eles também são vítimas, igualmente, desse modelo antipovo. Essa questão já tem sido discutida entre parlamentares e indigenistas, e fica muito claro que esses posseiros, na maioria dos casos, são tão vítimas quanto os índios de um mesmo sistema. Porque, quando chega o momento em que o posseiro poderia ter a segurança da sua terra, ele percebe que estava apenas tomando conta para um latifundiário ou para uma multinacional.

### A população indígena não tem nenhum direito

**CARMEM JUNQUEIRA** — O Audálio colocou uma coisa importante pra gente desenvolver aqui também. De fato, não cabe às populações indígenas o ônus da nossa estrutura fundiária, do nosso modelo de desenvolvimento. A rigor quando se diz que o garimpeiro precisa garimpar, tudo bem, que garimpe. Mas que garimpe em terras que lhe sejam designadas, e não na casa dos outros, né? Da mesma forma, a concentração fundiária não pode ser alargada ou ter como ponto de vasação as terras indígenas. Então, uma coisa que a gente precisa repetir ao governo, é que os erros do nosso modelo de desenvolvimento, os desmandos da concentração de renda, da concentração fundiária, tudo isso não pode cair nos ombros, nas cabeças das populações indígenas.

Gostaria de adicionar mais uma coisinha, que se refere aos povos indígenas especificamente, neste momento em que eles são ameaçados primeiro com a emancipação, depois com a regionalização e Deus sabe com o que mais daqui a alguns meses ou daqui a alguns dias. E eu queria recolocar o tema da emancipação, lembrada somente no sentido de uma falsa emancipação. A Araci já colocou bem claramente que são poucas as probabilidades das populações indígenas se contraporem de imediato às manipulações de que, por certo, seriam alvo se liberadas de uma legislação específica. Portanto, não se trata de discutir a tutela, mas sim de fazer com que essa população indígena participe também da definição do modelo que lhe convém.

Nesse sentido eu faria uma crítica muito forte à política indigenista brasileira, o que inviabiliza qualquer forma de crescimento político das populações indígenas. Mesmo porque nós sabemos que a população indígena para ter direito à tutela ela tem que se submeter à administração da Funai. E essa intermediação que a Funai exerce, sabemos, vai desde o controle da vida familiar da população indígena, até à gestão patrimonial e econômica e o aproveitamento econômico de suas terras. Ao lado disso, nós vemos que a população indígena também não tem direito à movimentação, à expressão e nem à organização.

De sorte que nós devemos pensar na Constituinte, como lembrou o Mota, devemos pensar em eleições diretas e devemos pensar, ao mesmo tempo, em fazer com que a tutela recaia em atos que devam ser realmente zelados pelo governo e deixar a essas populações indígenas de movimentação, liberdade de expressão e liberdade de organização.

**LUX** — Carmem, estou totalmente de

“A problemática indigenista põe a nu todo o sistema...”

**Dom Tomás Balduino**



acordo. As populações indígenas, especialmente aquelas já com um contato mais prolongado, devem ter o direito de participar de tudo o que lhes diz respeito. Mas eu queria dar agora alguns exemplos concretos que mostram que muitas vezes essas comunidades não têm tais condições porque não lhes foram dadas as possibilidades. E a primeira coisa a fazer é lhes dar as condições para que possam ter uma certa autodeterminação. Vou dar um exemplo.

Ontem à noite recebi um telefonema da Serra do Navio, no Amapá, de uma pessoa que me disse que os Uiapii do Nipocu, que são 80 pessoas, delas 40, isto é, metade dessa população está atingida por hepatite, em estado gravíssimo, podendo morrer todos. E isso devido a um garimpo, à mineração de ouro e de estanho que está se dando no alto Nipocu, com 300 garimpeiros que usam produtos químicos para limpar o minério. Esses produtos estão poluindo, infestando o rio e provocando a doença. Quer dizer, os Uiapii de Nipocu estão morrendo hoje.

Mas quero fazer uma colocação, em um nível muito mais amplo, a respeito dos projetos desenvolvimentistas, especialmente em relação aos grandes projetos energéticos e de construção de hidrelétricas. Quanto aos Paracanã, lá do Pará, de Tucuruí, apesar do projeto Tucuruí datar de 1973, o fato de não ter sido tomada naquela ocasião nenhuma providência social, tanto em relação aos índios como aos posseiros, como aos trabalhadores, trouxe grandes perturbações sociais em todos os níveis. Hoje, estamos

em 1980, esses índios estão ainda sem área demarcada, sem transferência marcada. Enquanto isso, no pouco da reserva que eles tinham já estão encontrando ouro lá, na terra que era dos índios. Então, nós não podemos mais aceitar a existência de projetos desta envergadura, como o de Tucuruí, sem que sejam tomadas as devidas providências no que se refere aos direitos das comunidades indígenas atingidas.

O Banco Mundial, aliás, graças à atuação de certos indigenistas que trabalharam no Brasil, faz um inventário dos projetos e, nas primeiras fases, estabelece as exigências de se informar como esses projetos hidrelétricos poderão atingir as populações ribeirinhas, as populações indígenas, e afetar a ecologia, criando problemas ecológicos, etc.

**BRIGADEIRO CAMARÃO** — Inicialmente eu tenho que voltar a um assunto tocado. No Brasil nós não temos civis e militares em oposição. Essa tradição foi afetada, digamos, com a revolução, devido ao exacerbamento de ânimos de uma determinada fração das Forças Armadas. E são esses mesmos indivíduos que estão na Polícia e estão em toda parte onde há repressão. Há uns doentes que se colocam em posição de agir. Esses sádicos estão em toda parte, infelizmente. Nem a Igreja escapou dela nos bons tempos da Inquisição. Esses homens, de certa maneira, enlameiam a pureza dos ideais em qualquer profissão onde eles adquiram liberdade para agir impunemente. Então, onde

há um pobre diabo e há um desses homens, o pobre diabo paga caro.

O problema dos militares da Funai eu acredito que é meramente coincidência de habilitação profissional, não específico do ponto de vista antropológico, mas da parte de possibilidade de deslocar-se, do hábito de agir no sertão. Os antropólogos atualmente possuem esse hábito, mas não existia antropólogo até pouco tempo atrás, senão intelectuais em faculdades, não dispostos ao tipo de trabalho que o indigenismo pressupunha. O grande homem no Brasil, vamos dizer, depois de padre Vieira, foi Rondon, um dos homens, talvez, que mais sintetizaram o cuidado com o índio. Naturalmente a sua missão era necessariamente comandada ou chefiada por militares. A natureza da missão exigia. A natureza do tipo de treinamento.

Hoje, talvez haja o perigo de se criar um problema de militar e índio onde não existe de fato esse problema. Na nossa tradição brasileira o índio foi sempre defendido pelos militares. Nunca houve um caso de ataque a indígena por militares das Forças Armadas federais. O problema local, regional, de Polícias, como as que atacaram Santa Teresinha no Araguaia, são casos de meganhas, são polícias que trabalham comandados por uma política regional. Dentro do Exército, dentro da Força Aérea, a Força Aérea sempre deu uma assistência extraordinária aos índios, às missões, à Funai, ao antigo SPI.

Por coincidência, eu era um segundo tenente novo, fazia parte dos pilotos dos aviões que acompanhavam a comitiva

Quando o Getúlio Vargas assinou o estabelecimento do SPI, em 1939 na Ilha do Bananal, o SPI voltou a funcionar, o Rondon já estava muito idoso e, naturalmente, funcionou na mão de outros. O SPI não teve um desempenho extraordinário. Ele era inteiramente civil nessa fase, e havia falta de apoio federal, falta de recursos, intelectuais e materiais e durante muito tempo a solução foi realmente transferir o trabalho de aculturação para missões religiosas. Essas missões foram se instalando no Brasil, para cuidarem desses índios. Finalmente, com a Funai começou a haver um problema de jurisdição.

Os representantes da Funai ressentiam a autoridade dos missionários junto das missões, então foram acuando os missionários. Inadvertidamente, intelectuais de capitais vieram em apoio deste tipo de doutrina, atacando a Igreja por de certa maneira impor uma aculturação forçada. Esse é um problema de discussão delicada mas, realmente, as missões que eu conheci não tinham esse tipo de trabalho.

Agora surge o problema da regionalização, que me parece um problema realmente sério diante da possibilidade das minorias, das oligarquias estaduais que hoje fazem essa pressão latifundiária terrível sobre o posseiro, terem muito mais facilidade de trabalhar contra o índio.

## A tradição indigenista nasceu no seio do Exército

OLYMPIO — Eu gostaria de fazer apenas alguns comentários à fala do brigadeiro Camarão. Primeiro, lembrando que o Serviço de Proteção ao Índio, inclusive, foi do Ministério do Exército. É a tradição indigenista brasileira, como de resto, outras grandes tradições do Brasil, talvez das mais caras, nasceram no seio do Exército. Portanto, quando se comenta a presença de militares ou o excessivo número de militares na Funai, fala-se de uma conjuntura histórica específica e lamenta-se que não se tenham repetido figuras como Rondon, Amílcar Botelho de Magalhães, Vasconcelos e outros tantos coronéis que ilustraram, gerais que ilustraram o indigenismo, ou que mesmo criaram esse pensamento e essa ação — e, evidentemente, sem omitir exceções como o próprio brigadeiro Camarão de quem eu fui beneficiário.

Por outro lado, acredito que não há a preocupação de ninguém aqui, pelo que eu notei dos depoimentos, de avaliar experiências desenvolvidas no indigenismo. Apenas consideramos que a partir de um determinado momento em que há um salto muito importante na ideologia indigenista e que, de certo modo, retoma até princípios de Rondon, torna-se contraditório manter uma política de interferência nas sociedades indígenas. Isto é, se consideramos os povos indígenas como povos, cabe respeitá-los a autonomia política, econômica, religiosa, cultural enfim. Assim, se os respeitamos como povos, são válidos os argumentos da professora Carmem. Por que os povos indígenas devem arcar com as estrepitosas milagrosas do modelo de desenvolvimento brasileiro? Não há justificativa. É a considerarmos válida a suposição de que os povos indígenas estão à mercê de decisões unilaterais do Estado brasileiro, ou do povo brasileiro, estaremos reconhecendo como válidas as posições de potências estrangeiras que também queiram explorar o Brasil. Há uma relação muito evidente nessas posições. É uma questão de coerência.

D. TOMAS BALDUINO — Nesse debate, já estamos entrando na problemática da legislação especial para o índio. Se mantém tutela, se não mantém, que tratamento dar ao índio face a essa situação da Funai etc. Acho que seria muito importante olhar a coisa do ponto de vista de uma estratégia. Vou quase que tomar a posição ali do meu amigo soldado. Um dos pontos que a gente devia manter, dentro dessa estratégia, é não tocar na legislação. Ela tem seus defeitos, é uma legislação de não-índio para índio, em que o índio é ausente, é mudo, não participa. Mas essa legislação garantiu a terra e, com isso, todo um conjunto de coisas, sendo fruto de toda uma caminhada, em que o Congresso respondeu a um apelo da população. De modo que não deveríamos tocar nessa legislação, não mexer, porque o interesse do sistema é de mexer, de tumultuar. É uma conquista valiosíssima essa lei 6.001. Então, não vamos discutir, não vamos criar mais "pacotes" e tal, nem vamos

fazer uma emenda. Eu morro de medo quando começam a falar em emendas... (risos).

Outro ponto da estratégia. Essa legislação criou a tutela como sendo o instrumento de garantia da defesa do índio, ou então a lei que privilegia o índio como uma minoria frágil, foi assumida em forma de tutela. Então, admitida a tutela nós precisamos é denunciar o mau tutor. A denúncia do mau tutor no sentido de que ele dilapida os bens do tutelado e impede esse tutelado de se tornar adulto, maior, de abrir os olhos, de caminhar com as próprias pernas, de se articular uns com os outros. Isso nós precisamos denunciar, porque nem o espírito e nem a letra da lei permitem isso.

OLYMPIO — Dom Tomás eu queria só fazer uma ligeira observação. Dentro do próprio pensamento do professor Dalmo Dallari, a tutela é um mecanismo que salvaguarda a autonomia. Está dito tudo.

D. TOMAS — Agora, a minha grande esperança é esse instrumento que será criado no Congresso, essa comissão ou subcomissão de defesa do índio. Com ela vamos completar um aspecto que na lei é omissivo, porque a lei criou o tutor mas não criou o controle do tutor. Não está lá. E face às contradições da problemática indigenista, valeria a criação de um instrumento a quem o tutor prestasse contas. A Funai tem se valido disso para não dar a mínima a toda essa mobilização em defesa do índio, por isso continuam impunes inúmeros crimes, crimes mesmo, terríveis, de todo o tipo, desde a corrupção até outros crimes contra o direito das gentes.

MODESTO — D. Tomás me permite aqui uma pequena observação. Há menos de 20 anos atrás o menor, a mulher e os silvícolas se equiparavam em termos de capacidade civil. Eles eram todos mais ou menos tutelados. O menor pelos seus responsáveis, a mulher pelo marido e o silvícola pelo Estado. Na verdade, a mulher tinha naquele tempo o direito de recorrer ao juiz; o menor era automaticamente assistido pelo seu curador; mas para o índio não se criou, na verdade, uma autoridade capaz de fiscalizar ou de acompanhar essa tutela que a Funai tem sobre ele. Isso, na verdade, é uma lacuna incrível, mas para preenche-la não implicaria em alterar propriamente a lei. Ao contrário, seria um acréscimo que pode e deve ser pensado e discutido entre nós.

LUX — Apesar de tudo existem certas leis que podiam ser aplicadas. Voltamos aí ao exemplo do secretário da Justiça de Mato Grosso, Domingos Sávio Brandão Lima, que se disse em guerra contra a Funai, declarando textualmente que considerava os índios uns inbecis por mandar as mulheres trabalhar na roça enquanto os homens caçam e pescam. Isso chama-se racismo. Chama-se preconceito racial. Isso no Brasil é punido por lei.

## O problema do homem primitivo é a falta de recursos

OLYMPIO — Estou me preocupando com o rumo da discussão. Começamos a falar desse instrumento de tutela e pensando num fiscal para o tutor e me parece que fomos levados, por analogia, pela figura jurídica da tutela, a pensar em órdeões e outras coisas. Gostaria que se pensasse na tutela da Lei 6.001 como um instrumento que reja relações entre os povos indígenas e o Estado brasileiro.

BRIGADEIRO CAMARÃO — Esse desejo de tratar certas tribos como povo é um exagero antropológico, não é? Realmente, não se pode tratar de povo a maioria dessas tribos, que são miríades de tribos pequeninas, com uma língua difícil e às vezes organizada como pouco mais que uma família grande. Então, esses homens têm que ser respeitados, e alguém tem que viver no meio deles e ajudá-los a caminhar, aparar as doenças quando elas chegam. Porque o problema do homem primitivo é sobretudo esse da falta de recursos.

ARACI — A propósito, eu queria lembrar ao brigadeiro Camarão que a ausência de numerosos antropólogos na Funai agora, não se explica pelas agruras do serviço em campo, porque todos os antropólogos têm, como necessidade fundamental da formação profissional, que passar por experiências prolongadas de pesquisa de campo. E esses antropólogos, como os indigenistas formados pela Funai e os missionários da ala mais progressistas da Igreja, que tinham, realmente, como primeiro compromisso e primeira lealdade os interesses dos índios, essas pessoas foram sistematicamente impedidas de trabalhar, dispensadas da Funai

e perseguidas, acusadas de não se sabe o quê. E, geralmente, sem acesso aos processos em que as suas culpas, ou as culpas de que eram acusados, estavam descritas. Então, essas pessoas foram dispensadas, muitas vezes, em flagrante desrespeito à vontade das comunidades indígenas afetadas pela medida que, em certos casos, publicamente pediram a volta dessas pessoas. Portanto, o problema não é deixar de lado a assistência e a tutela, invalidar isso, mas é a orientação que o trabalho dessas pessoas têm, não interessa sejam elas antropólogos ou coronéis, missionários ou indigenistas, desde que comprometidos, em primeiro lugar, com a causa indígena e com o interesse real dos índios.

## A causa indígena está numa encruzilhada

MODESTO — Só um esclarecimento, Araci. Os antropólogos ou os coronéis, quando admitidos no serviço para o índio, eles passam por alguma espécie de exame que observe se eles, realmente, estão voltados para a causa indígena?

ARACI — Eu acho que o Olympio Serra estaria melhor capacitado a responder isso, pela sua convivência toda com a Funai.

OLYMPIO — Eu acredito que essa avaliação só é possível a partir do momento em que essas pessoas estejam atuando. No caso dos antropólogos é evidente que a Funai conta com a experiência prévia. Em geral, eles saíram de universidades ou saíram de trabalhos em comunidades indígenas, comumente são especialistas num determinado povo indígena e, evidentemente, já contam com essa bagagem. No caso dos coronéis é extremamente difícil essa avaliação, a não ser a partir da sua própria atuação. E nós falávamos há pouco desse problema, da tradição do Exército no indigenismo, uma tradição que, infelizmente, foi rompida, aliás, muito obviamente rompida. Há muito tempo que não surge um homem como Rondon.

AUDALIO — A questão que me parece fundamental, colocada por D. Tomás Balduino, é a de que esta legislação é importante e, portanto, não deve ser objeto de alterações, pelo menos enquanto o problema não possa ser discutido em nível mais aprofundado. E, no meu entender, essa subcomissão parlamentar tem uma importância muito grande, especialmente no sentido de fazer com que a legislação seja cumprida. Quando não seja o Estatuto do Índio, que seja a própria letra da Constituição, mas que se garanta aos povos indígenas a ocupação das terras em que vivem.

LUX — Como, durante todo esse debate, a minha contribuição foi sobre casos concretos, eu gostaria de citar mais um para voltar justamente à questão da lei, e de como cobrar para que ela seja cumprida. Vocês sabem que os índios Chocós, da Ilha de São Pedro, no Sergipe, as terras desses índios foram griladas pelo prefeito da localidade. Quando o caso se transformou em escândalo nacional e internacional, graças a toda movimentação feita pelas diferentes entidades, o quê aconteceu? O governo de Sergipe comprou essas terras, quer dizer, indenizou o prefeito, a favor dos índios Chocós. Mas eu pergunto: como isso é possível se terras dos índios são da União? E como é que o governo de Sergipe pode indenizar terras que são da União?

MODESTO — Estímulo à grilagem. LUX — Exatamente. O que é que o governo fez? Ele comprou terras que são suas com o dinheiro do povo.

CARMEM — Como foi mostrado aqui, a causa indígena está numa espécie de encruzilhada e requer decisões como o D. Tomás colocou. Acredito que novas esperanças apareçam no momento em que se consegue um número grande de aliados no Poder Legislativo que, através dessa abertura embora relativa, deverá se fortalecer. Então eu gostaria que nós utilizássemos este momento para pôr na ordem do dia o problema da democracia. E a causa indígena possa ser um grande estímulo pra isso, porque eu não penso a causa indígena apenas como problema de algumas centenas de milhares de pessoas, mas eu a vejo inserida num conjunto de itens da agenda nacional.

Acho que se trata aqui de verificar o que nós vamos incorporar, nesse momento histórico, ao patrimônio nacional, à memória nacional. Se nós vamos retomar a democracia ou se vamos nos silenciar diante do genocídio não só do indígena, mas do povo brasileiro. Se vamos aban-

donar os povos indígenas e o povo brasileiro, ou se vamos exercitar os primeiros passos para a libertação não só indígena, mas nacional também.

BRIGADEIRO CAMARÃO — Restringindo-me mais diretamente ao objetivo da reunião, tenho a impressão que a gente tinha que conseguir o estabelecimento de uma filosofia a respeito do índio, uma posição filosófica, uma metodologia de convívio e o convívio propriamente. Então, como filosofia, na minha opinião, o índio é homem e é brasileiro com direito a tudo a que o brasileiro tem direito. Não se pode negar ao índio o progresso se ele assim o desejar. E na minha experiência pessoal o índio deseja o progresso da mesma forma que eu desejo. Conheci muitos índios, tenho amigos entre eles, e nunca ocorreu ao índio defender a maneira tosca de fazer uma coisa, quando ele pode fazer por meios melhores. Nunca ocorreu ao índio voltar ao curandeiro, deixando de lado o médico. E nem deixar de usar os artificios agrícolas que foram a eles ensinados. Então, a tecnologia que é, antes de tudo, um método de sobrevivência, é tão importante para o índio como pra nós. Os erros dela são os que chegam primeiro aos índios. Mas, esse é um problema de "modus faciendi" não é um problema de tese. O índio em tese é um homem como nós, é um brasileiro como nós, com direito às mesmas coisas.

É evidente que, num País subdesenvolvido, onde grande parte do brasileiro está marginalizado, o índio está marginalizado também. Agora, dentro desse subdesenvolvimento deve haver uma tendência para melhorar. E no caso da política do índio, teríamos que decidir: vamos aculturar o índio ou vamos tratá-lo como um povo enquistado que amanhã estará, talvez, se crescer, sujeito a um "apartheid" ou coisa parecida? Então, nós temos que dar o direito ao índio de entrar na comunidade brasileira decentemente. Esse seria um caminho do Brasil para uma sociedade harmoniosa e moderna. Não creio que a gente possa proibir o índio que faça isso. E o primeiro passo, o passo essencial, no meu entender, é realmente a cristianização. Isso revolta um pouco os antropólogos que é um cacoete intelectual moderno. Mas, na realidade o nascimento dessas grandes religiões, quatro ou cinco séculos antes de Cristo e com Cristo culminando, foi uma tentativa do homem de se reavaliar perante o mundo e de, realmente, se transformar no homem, deixar de ser um animal.

## Por que toda essa pressa com o desenvolvimento?

CLAUDIA — Quando todo mundo falou de lei, de direito, eu acho que também é o momento de pensar um pouco na história da humanidade e no humanismo, não? Existem leis, mas existe também numa história da humanidade que é muito comprida. Então, eu me pergunto e pergunto a vocês também: por que essa pressa de desenvolver, às vezes à custa de vidas humanas, como seria o caso justamente da região dos Surucucus? Por que essa pressa? E para quê? Todos nós sabemos que se, no momento atual, entram os garimpeiros ou uma mineradora nessa região dos Surucucus, onde tem 4 mil índios que não foram imunizados até hoje, e só um deles pega qualquer doença virótica como um sarampo, todos eles morrem. Morrem de uma vez. E morrem três mil índios. Quem vai pagar o preço de um garimpo, de uma mineração, quando se fala de três mil mortes ou quatro mil?

MODESTO — No Congresso, todos os parlamentares pretendem, quando se apresentam perante a Nação, ser humanistas, democratas, defensores do ser humano. Depois, na prática, as coisas não são bem assim. E se de muita coisa não servir essa nossa frente parlamentar em defesa do índio que estamos lançando aqui em São Paulo, ela terá a validade de passar uma linha divisória no Congresso Nacional, mostrando quem, de cada partido, na verdade é democrata, é humanista e é capaz de defender não apenas o índio, mas o ser humano em geral e quem, na verdade, apenas finge e mente à Nação e é um genocida.

D. TOMAS — Estamos no começo de um processo e acredito que aqui foram levantados pontos, a meu ver, cardiais, — já que estamos falando em Igreja, né? (risos) — e que servem como balizas muito importantes para, partindo do problema indigenista, chegar-se a uma revisão global de nossas estruturas sociais, políticas, econômicas. E, dentro desse processo não admitir mais que o índio fique ausente.

# Mal maior fazo remédio

"Em primeiro lugar, é necessário entender que não existe receita única para uma política de aculturação das tribos indígenas brasileiras. Isto porque cada tribo é um caso específico. Caso específico do ponto de vista das tradições culturais de origem, das experiências de contacto com o chamado mundo dos civilizados e das do ponto de vista dos efeitos que esses contactos exerceram sobre a vida deles."

A afirmação é do professor Egon Schaden em entrevista ao repórter Jorge Pinheiro. Para ele, perguntar simplesmente qual a política de aculturação que o País deve adotar em relação aos índios, é uma questão mal formulada. Por isso, faz questão de reafirmar: "Não há uma só fórmula, uma só receita."

Para esse homem, que há quase quarenta anos vem acompanhando a política indigenista brasileira, "nós temos no Brasil tribos indígenas que praticamente não tiveram contacto com o mundo dos brancos. E no outro extremo da escala, tribos que quase já não se reconhecem como índios. Daí a grande dificuldade de regulamentar a legislação indigenista brasileira, porque ela trata dos casos mais heterogêneos que se possam imaginar".

Schaden arrisca uma comparação. Para ele, seria o mesmo que apresentar um doente a um médico, e que o médico dissesse: este sujeito está doente e deve tomar tal remédio. Recitando o remédio, sem fazer o diagnóstico.

## RELIGIÃO E CONFLITO

Para Schaden há um exemplo que explica bem o problema. Segundo ele, a religião dos guaranis tem, em certo sentido, bastante semelhança com o cristianismo. É uma religião de salvação, religião messiânica, embora não tenha o conceito de responsabilidade moral fundamental no cristianismo. E exatamente por isso os jesuítas, aproveitando as semelhanças entre as duas religiões, conseguiram desenvolver um bom trabalho com os índios guaranis. Já os Caiapós têm uma visão religiosa totalmente diferente. E conta que um amigo seu, missionário, certa vez fez para os caiapós um sermão em que apresentava Cristo como o Salvador, que encarnava o bem, a paz etc. Ou seja, o centro do sermão era a frase de Cristo: "Sou manso e humilde de coração." E no final do sermão um velho da tribo chamou o padre e lhe disse taxativamente: "Deus de vocês não presta para nós. Nós queremos Deus que briga."

Este exemplo, que pode ser traduzido para a economia, a vida social e cultura dos índios, mostra — segundo Schaden — "que é necessário conhecer primeiro o sistema cultural de cada tribo em particular e, em segundo lugar, a experiência que tiveram com o branco. E daí é que temos que partir para legislar uma política in-

digenista. E em terceiro lugar é preciso saber que tipo de branco está em contacto com os índios. Pode ser um seringalista que quer acabar com eles, pode ser um canalha ou um benemérito. Temos que descobrir qual é a imagem que eles têm do branco. Só depois disso é que podemos dizer qual a política tutelatória que nós podemos aplicar".



## PROCESSO BILATERAL

Depois de ler com calma o relatório do índio bororo, Schaden afirma que as coisas mudaram. E que hoje os que estudam e são responsáveis pela política em relação aos índios já não querem encaixá-los na grande sociedade brasileira, sem mais nem menos. Já aceitam a manutenção e defesa de sua cultura tradicional.

"A partir do Estatuto do Índio — explica Schaden — a coisa mudou muito. Por sinal, o Estatuto do Índio tem sanções penais para aqueles que abusam da cultura indígena ou a ridicularizam. E isto deu aos índios a consciência de que eles têm direitos a defender."

Para o professor é necessário fazer um estudo idiográfico, casuístico de cada tribo. Ele fica um pouco preocupado com a discussão que hoje se faz sobre a aculturação. Acredita que muita gente não entende o que isso significa.

"A aculturação é sempre um processo bilateral. O índio aprende muita coisa do branco. E o branco aprende ou pelo menos em outras épocas aprendeu muita coisa do índio. O uso do milho e da mandioca, que a gente come todo dia, o fumo, que eu ponho no meu cachimbo, tudo isso vem da cultura indígena. Agora, não convém confundir aculturação do índio com assimilação do índio. Se um índio se acostuma a tomar cachaça, este é um processo de aculturação, mas não é por isso que ele vai deixar de se considerar índio. Simplesmente recebeu alguma coisa de outro grupo. Mesmo se os filhos dele falam português. Isto é válido em relação à religião e a outras esferas da cultura. Agora, assimilação é outra coisa. É um processo pelo qual um indivíduo deixa de identificar-se com seu grupo de origem para identificar-se com outro grupo."

Para Egon Schaden há outro problema: "Olhe, eu conheço todos os diretores do antigo Serviço de Proteção ao Índio e da Funai, desde 1946. E de todos eu diria que apenas três deles se salvaram: o general Ismarth de Oliveira Araújo, Noel Nutels e Gama Malcher. Os outros se deixaram levar, em grande parte, por pressões muitas vezes contrárias ao bem-estar e ao futuro dos que foram, durante séculos, os únicos donos deste País."

Egon Schaden é catedrático aposentado da USP, onde leciona Antropologia da Comunicação para cursos de pós-graduação, e ex-colaborador de Marshal McLuhan, em Toronto

## Da metamorfose dos índios

Manuela Carneiro da Cunha

Uma via dolorosa parece ter sido assignada a cada sociedade indígena deste País, e cada passo já é amplamente conhecido: o primeiro contato com a sociedade neo-brasileira é o que traz o sarampo, a gripe mortal, as doenças venéreas e dizima o grupo às vezes em tais proporções que se torna impossível uma recuperação demográfica. Nos primeiros 50 anos de nosso século, de 104 grupos anteriormente isolados, a metade se extinguiu assim.

O segundo passo é o da dependência: essas sociedades dantes igualitárias e auto-suficientes tornam-se dependentes de facções, enxadas, espingardas, anzóis, cachaça, panelas, panos, dinheiro. Tudo o que lhes foi oferecido para atraí-los a um primeiro contato é agora extorsivamente trocado ou vendido: é de tais manobras de criação de dependência que se acusam, se não me engano, os traficantes de drogas.

Os passos seguintes encadeiam-se rapidamente: é inculcada aos índios uma auto-imagem depreciativa. Seu gosto pelos longos rituais, seu sentido do lazer, seu descaço pela acumulação são-lhes apresentados agora como preguiça e imprevidência. Sua roupa — pois nunca um índio se considera nu desde que ostente algum sinal que o identifique

como membro de seu grupo ( e este sinal pode ser um batouque labial, um corte de cabelo, um cordão, um estojo peniano) — lhe é devolvida como vergonhosa nudez. Suas tradições e crenças são superstições, sua sabedoria, simplesmente por ser oralmente transmitida, ignorância. Seus líderes tradicionais são suplantados por outros, mais hábeis no manejo do português e das convenções dos neobrasileiros com quem agora têm de lidar. Cria-se em certos grupos um novo tipo de índio "de alma branca", envergonhado de suas origens, mas desprezado pela sociedade envolvente. Às vezes, para seu estupor, esse índio, que finalmente se considera apto a conviver com os neobrasileiros nos padrões por estes impostos, se depara — em geral nas grandes cidades — com os que esperam dele que continue caçando com arco e flecha, e falando, na melhor das hipóteses, um português estropeado.

### O "ACABOCLADO"

O processo de despojamento cultural acompanha as investidas da sociedade nacional que tenta se apropriar das terras, das riquezas madeireiras e dos minérios do subsolo dos índios. A estratégia é antiga e de eficiência comprovada: tal grupo é "acabocladado", donde não existe mais como grupo indígena, donde não tem mais direito às terras que

ocupava. O órgão tutelar certifica a inexistência de grupos indígenas na região e instala-se uma fazenda ou uma companhia. A Aracruz, no Espírito Santo, apropriou-se com esse subterfúgio das terras doadas aos tupiniquins por d. Pedro 2.º.

Tudo isto é sobejamente conhecido, e se o menciono é porque era preciso evocá-lo para entender o seguinte paradoxo: é precisamente quando chegam a esse extremo de miséria, de dependência, de marginalização, quando o cálice já foi bebido até à borra, que certas sociedades passam por um sobressalto surpreendente. De repente, esses índios acabocladados, envergonhados, declaram-se novamente índios, desencavam rituais estropeados, reaprendem uma língua indígena esquecida e, senão a deles, a dos vizinhos (como os Pataxó do Sul da Bahia que foram aprender Maxacall em Minas Gerais) e eventualmente empunham arcos e flechas e expulsam invasores como no P.I. Rio das Cobras, no Paraná, ou em Nonoai, no Rio Grande do Sul.

### NOVO MOMENTO

Esta nova indianidade constitui ao mesmo tempo uma ruptura e uma continuidade. Sob a aparência de um reatamento com a tradição, trata-se na realidade de um momento cultural novo. A tradição é invocada não como um todo, o que seria realmente uma volta — allás impensável — às origens, mas como um sinal de identidade étnica. Recuperam-se farrapos daquilo que já foi um sistema em funcionamento: e esses farrapos são içados e se tornam bandeiras. Bandeiras em uma luta que é velha, mas onde finalmente os índios se unem em um campo só. De tal forma que a ruptura se revela sob a aparência da

continuidade, enquanto a continuidade reside precisamente onde talvez não se a suspeitasse, no fato dessa nova forma de luta ser o desenvolvimento de uma dinâmica de contato entre sociedades de poder desigual. O que eu quero dizer aqui é que a ressurgência étnica é um processo político e essa sua dimensão tem de ser corretamente avaliada. (A repressão é nesse aspecto, bem mais arguta do que outros observadores, na medida em que tenta decepar atualmente os movimentos indígenas de suas lideranças).

Não fazem sentido portanto os pruridos dos especialistas, historiadores ou antropólogos, avaliando se as tradições estão ou não sendo fielmente revividas; não faz sentido o saudosismo do amante dos índios de antes da queda; não fazem sentido tampouco as acusações de racismo que acabam, cedo ou tarde, recaindo sobre os movimentos étnicos indígenas.

O nosso tempo parece ser o do ressurgimento das minorias, que se tornam novamente visíveis e exigem reconhecimento. Talvez se tenha superado enfim no Brasil a ideologia do "caldeamento de raças" que nega legitimidade a qualquer grupo étnico que proclame a especificidade de seus problemas, e se esteja chegando ao reconhecimento da diversidade. Ora, saber respeitar a diversidade é a pedra de toque de uma sociedade realmente igualitária. E preciso substituir ao projeto ditatorial de "deixar os índios serem como nós", a generosidade de deixá-los ser como são e como virão a ser.

Manuela Carneiro da Cunha é antropóloga, professora da Unicamp e presidente da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

# O Quarto Mundo quer uma tribuna na ONU

Desde os 16 anos ele se dedica à causa indígena. Primeiro, em sua própria nação, a dos índios Shuar, do Canadá. Depois, estendendo sua liderança para outras comunidades índias de seu país. Em seguida, visitando povos indígenas em todo o mundo. Hoje, aos 56 anos de idade, o índio canadense George Manuel é o presidente do Conselho Mundial dos Povos Índios, entidade que já presta assistência à Organização das Nações Unidas na área das populações índias oprimidas em todo o mundo, da África à Austrália, da América do Norte ao altiplano andino e à selva amazônica.

— "Somos atualmente uma força composta de 350 milhões de índios em todo mundo e eu observei que as reivindicações dos índios sempre foram e são as mesmas praticamente em todos os continentes. Todos querem recapturar seus valores culturais e sua própria maneira de vida. Hoje somos a realidade do Quarto Mundo que precisa ser ouvido. O Quarto Mundo somos nós, povos indígenas de todos os países do mundo. Povos do Quarto Mundo estão nas Américas, na África, na Nova Zelândia, na Austrália, na América Central, nos países escandinavos. Durante 450 anos os brancos ocidentais procuram nos controlar e impor sua forma de viver e pensar, a pretexto de nos ajudar. Não fizeram outra coisa senão nos levar ao massacre e à destruição. Agora os povos indígenas têm que começar a lutar de forma unida para impor sua própria forma de vida, sua própria ideologia e sua própria filosofia. Nossa intenção não é fomentar luta racial, como alegam alguns para tentar justificar os mais sanguinários massacres contra índios que podem ser observados em todo o mundo. O Quarto Mundo tem raízes próprias, filosofia própria e ideologia própria" — afirma George Manuel nesta entrevista exclusiva.

Manuel é claro ao afirmar que sua principal preocupação no momento é "dar representatividade aos índios no mundo, continente por continente, unindo assim sua luta e suas reivindicações". O Conselho Mundial busca na ONU ocupar uma tribuna para que as lideranças índias falem de seus próprios problemas a nível internacional.

"Se conseguirmos esta tribuna, considero meu trabalho como presidente do Conselho Mundial realizado e então posso morrer" — diz George Manuel, alquebrado sob o peso de uma luta que vem travando desde que resolveu correr mundo para ver a situação de seus irmãos índios em vários países.

## DENÚNCIAS AO BRASIL

Na América Latina ele vê a situação do índio como "dramática", principalmente porque "os índios são vítimas de uma política genocida por parte dos governos, que permite aos grandes fazendeiros e empresários roubar suas terras, assaltarem suas riquezas, exterminá-los covardemente e impunemente". Cita o caso do Brasil, "responsável por uma das mais sanguinárias políticas para com os índios entre todos os países do mundo" e revela que, há dois anos, foi procurado na ONU por um representante diplomático brasileiro para almoçar e conversar sobre a situação do índio brasileiro. Manuel aceitou o convite e disse ao representante brasileiro que possuía vários documentos que denunciavam formalmente o governo brasileiro como genocida em relação ao índio. O diplomata brasileiro ficou calado e disse que "nós não podemos fazer nada". Manuel então se levantou da mesa e se retirou.

"Desde então o Conselho Mundial se recusa a entrar em qualquer negociação com o governo brasileiro enquanto o poder dominante no Brasil não aceitar uma condição básica de nossa parte, ou seja, parar de assassinar índios, de permitir violências, parar de tutelar erradamente o índio brasileiro."

Manuel acredita que "a partir deste ano, com base nos extensos relatórios existentes na ONU sobre a crítica situação do índio no Brasil, esse país começará a sofrer pressões de governos que já tratam os índios de forma humana, como integrantes de nações independentes, com cul-



George Manuel, presidente do Conselho Mundial dos Povos Índios: "Somos uma força composta de 350 milhões de índios em todo o mundo".

tura e modo de vida próprios e que não podem ser desrespeitados em seus direitos".

## PÉSSIMA IMAGEM

Entre as principais organizações internacionais que começam a pressionar o governo brasileiro "por causa da política genocida que mantém para com os índios do Brasil" está a International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA), uma entidade norueguesa dirigida pelo antropólogo Helge Kleivan que, desde 1968, documenta toda a história de massacres contra os índios em mais de 70 países.

Kleivan é claro: "O mundo ocidental não está acreditando na propalada abertura política do Brasil porque inúmeros países sabem exatamente como o governo brasileiro está tratando suas minorias, principalmente os povos indígenas. O governo brasileiro, se quiser melhorar sua imagem no Exterior, tem que tomar consciência da situação calamitosa e aviltante a que con-



Helge Kleivan, antropólogo norueguês, desde 1968 documenta toda a história de massacres contra os índios em mais de 70 países.

finou os povos indígenas em seu território. A imagem que fazemos do Brasil é péssima exatamente porque no Brasil as minorias raciais são desrespeitadas a um ponto de envergonhar qualquer ser humano." Cita particularmente a situação dos índios Yanomami, "impiedosamente exterminados de tal forma que, em apenas dois anos, mais de dois mil índios desta nação morreram vitimados por doenças levadas pelo homem branco".

Para Kleivan "o Brasil está na lista dos países que mais desrespeitam os índios em todo o mundo". Além do Brasil ele viu irregularidades, massacres e política genocida contra o índio em países como a Indonésia, as Filipinas, a Venezuela, o Paraguai. Além disso, "todas as minorias índias do Extremo Oriente, Ásia e África sofrem massacres armados e com armas produzidas pelas grandes potências. A opinião pública mundial nem fica sabendo disso".

"De uma forma geral — afirma Kleivan — pode-se dizer que em todos os países as populações índias foram arrasadas pelo

avanço da industrialização. Quero dizer também que, mesmo em países considerados democratas, a mentalidade de que a maioria é que vence atua em desrespeito às minorias índias. Por exemplo, a política de desenvolvimento das hidrelétricas, as indústrias de mineração em países como a Noruega e Dinamarca — considerados desenvolvidos — as pressões sobre as terras indígenas existem em larga escala."

Para Helge Kleivan, "a partir dos anos 80 a tendência é as populações indígenas se fortalecerem para criar forças internas que não fiquem apenas esperando o apoio de organismos internacionais como canais de denúncia de sua péssima situação. Estou convencido de que nos próximos 10 anos os índios irão se fortalecer, organizando-se em movimentos independentes em todo o mundo, movimentos cada vez mais fortes para lutar por seus direitos e ter voz ativa internacionalmente. Um passo muito importante para isso é a formação dos Conselhos Regionais nos continentes, reunindo os povos índios a partir da organização de suas bases em cada país. Os índios, inclusive, estão descobrindo seu próprio método de lutar e de alcançar o poder político em alguns países onde são a maioria, a exemplo da Bolívia".

Kleivan alerta: "O mundo ocidental não deve substituir a crescente organização dos povos do Quarto Mundo. Apesar de suas divisões naturais, os índios em todo o mundo estão conscientes do que querem. Nós, ocidentais, porque não conseguimos fugir à decadência e entrar num acordo para impor uma nova ordem mundial, não devemos pensar que os índios, por causa de suas divisões naturais, são tão incapazes quanto nós. Eles estão ressurgindo com uma força que o mundo ocidental não deve menosprezar para não ter que se assustar depois."

Carlos Alberto Luppi

Ramyro Reynaga, do Conselho Sul-americano dos Povos

Índios: "A nossa voz será ouvida, custe o que custar".

## Um governo nos Andes

Índios da nação dos Guajiros sendo caçados a laço e assassinados a pedradas e pauladas e tiros nas planícies da Venezuela; índios da nação dos Mayas torturados e assassinados nos campos da Guatemala; índias esterilizadas na Venezuela, Colômbia, Chile, Guatemala, Paraguai e Brasil; índios de várias nações — principalmente Tukanos e Passes — que habitam o rio Negro, no Brasil, distribuídos e levados às favelas e prostíbulos de Manaus e Belém e ao suicídio; índias guaranis posando de seios de fora para turistas no Paraguai em troca de centavos; quechuas e collasuyus no Peru escoreçados pela polícia em praça pública tentando vender seus objetos artesanais; Xavantes sendo ameaçados de morte nas reservas de Mato Grosso; Mapuches chilenos forçados a calar a boca no sul do Chile, mantidos sob ameaças de metralhadoras; índios Guaymi do Panamá assassinados por multinacionais que cobizam suas minas de cobre existentes no território de Tabasará; índios Cuibas, da Venezuela e Colômbia, chacinados e morrendo de fome; 210 mil índios brasileiros tutelados pelo Estado impedidos de sequer circular livremente pelo País, considerados como "incapazes e inválidos" pela Lei 6001 adotada pela Funai.

Essas situações não são produto de nenhuma ficção de romance. Estes são alguns exemplos de como vivem os atuais 83 milhões integrantes das populações indígenas nos países da América Latina. Uma população que nos últimos 500 anos foi impelida à força a entrar num autêntico "corredor da morte". Durante todos estes anos, pelo menos 90 milhões de in-



Ramyro Reynaga, índio quechua boliviano. Um povo em busca da autodeterminação.

díos foram exterminados em toda a América considerada Latina, mas que por direito deveria ser América Índia. Não fosse tão acintosamente massacrada, a população atual de índios na América Latina seria hoje superior a 160 milhões de pessoas.

Por considerar exatamente que "o que fizeram conosco, com nossas nações, constitui um dos mais absurdos massacres da história da Humanidade" é que, desde o início de março deste ano, os índios das várias nações da América do Sul e Latina resolveram sair "de uma defensiva pacífica para uma ofensiva ativa e dinâmica". Primeiro passo: reuniram-se na antiga capital do Império Inca, em Cusco, Peru, e durante 10 dias realizaram assembleias sucessivas, em pleno Vale Sagrado dos Incas, para discutir sua situação

atual e começar a orientar seu próprio futuro.

"Nós somos o Quarto Mundo e nossa voz terá que ser ouvida pelo mundo ocidental custe o que custar a partir de 1980. Os governos instituídos no Continente, sem exceção, oprimem os índios que não têm acesso às hierarquias militares, econômicas, religiosas e políticas. Os povos índios da América do Sul tanto para os partidos de direita como os de esquerda, são apenas massa de manobra considerada sem cérebro e incapaz de determinar seu próprio destino. Isto explica por que os índios, sendo maioria em vários países, não detêm o poder político, principalmente em países como o Peru, a Bolívia, o Equador e o Paraguai. Os brancos e mestiços dominadores nos manobram até mesmo nos censos demográficos. Os únicos censos que existem sobre população índia são feitos pelos brancos. Não há levantamento dos povos índios feito pelos próprios índios. E as estatísticas também são manipuladas com a clara e opressiva intenção de esvaziar nossa força e nossa identidade."

A palavra é de Ramyro Reynaga, índio quechua boliviano pertencente ao Movimento Índio Tupac Katari, na Bolívia, eleito pelo Primeiro Congresso Latino-americano dos Povos Índios como Coordenador Geral do Conselho Sul-americano dos Povos Índios, diretamente ligado ao Conselho Mundial dos Povos Índios, com sede em Montreal, Canadá, e já considerado como "observador internacional" pela ONU.

A partir do Congresso realizado no Vale Sagrado dos Incas, com representantes de mais de 300 nações do Continente, os povos

indios da América Latina começam a levantar sua voz fazendo renascer o sentimento da "Indianidade" e colocando o chamado "Quarto Mundo" na ofensiva, em luta constante pela autopreservação e em busca do poder político nos países onde são maioria absoluta, mas permanecem oprimidos e sofrendo o mais bárbaro processo de extermínio.

— "Vou lutar — explica Ramiro Reynaga — para que ocupemos um lugar ativo nos foros internacionais e exigir uma mudança de comportamento dos governos tirânicos. Temos cérebro, cultura, expressão própria e capacidade para nossa autodeterminação. Não se trata de uma posição racista, mas sim de uma posição de força própria. Somos uma força que não se encaixa em nenhuma força ou estilo europeu ocidental. Os fascistas querem os índios amarrados a seus pés, como massa a ser manobrada, e os comunistas têm interesse em fazer do índio um camponês, também para ser manobrado. Todos se esquecem de nossa indianidade e é pelo seu renascimento que vamos lutar. Por isso somos antiimperialistas e contra o marxismo também. Temos um posicionamento independente que vai orientar nossa luta."

#### GOVERNO NOS ANDES

Como conciliar esta luta em relação a países onde o índio é maioria, como o Peru, Bolívia, Paraguai, Guatemala, e em países onde o índio é minoria, como no caso da Venezuela, Brasil, Colômbia? — indaga a Reynaga.

Resposta:

"Queremos começar a construir o governo índio da América do Sul fazendo dele um germe a nível regional, uma semente do nosso próximo governo próprio em vários países. Este futuro governo será múltiplo e para entendê-lo melhor precisamos citar os exemplos da Venezuela, que tem apenas um por cento da população constituída por índios e o dos An-

des onde este percentual sobe para 85%. Cito estes números para realçar a necessidade de que um governo índio subcontinental não pode ignorar estes imperativos demográficos. Cada país terá sua própria política governamental, mas centralizada no governo geral a ser instalado nos Andes. Isto não quer dizer que vamos criar um poder imperialista aqui nos Andes, mas sim um Conselho Regional da América do Sul onde todos os índios estarão representados e assim atender às necessidades de todos os povos indígenas do Continente. Os problemas dos índios chegarão ao Conselho para que ele estude a melhor forma de resolvê-los e de como pressionar os governos para evitar uma situação de massacre, de desrespeito e de aviltamento dos povos índios como vem acontecendo até hoje."

Segundo Reynaga, o índio latino-americano tem que seguir seu caminho próprio, independente. Explica que "para a mentalidade europeia na teoria e na prática as sociedades são basicamente individualistas, mercantilistas e guerreiras. Para nós, índios, o conceito de propriedade privada simplesmente não existe. O que vale é a propriedade comunal. Quanto a essa diferença podemos observá-la em conceitos decadentes europeus até mesmo nos seus idiomas. Na língua espanhola, por exemplo, 20% dela englobava conceitos individualistas, de posse individual, de propriedade privada. Em nossa língua, quechua, não há estes conceitos. Toda nossa conceitualização é pacífica, coletivista, sem mercantilismos. Temos muito mais para dar à Humanidade no sentido da fraternidade, da Humanidade, da produtividade, do coletivismo, do sentido religioso e do respeito mútuo."

#### LINHA INDEPENDENTE

A posição oficial do Conselho Sul-Americano dos Povos Índios — sediado na Casilla 11.081 — Obrajes — La Paz —

Bolívia (fone:793151) — é que nos países onde os índios são minoria, a exemplo do Brasil, "a luta dos índios deve ser integrada à luta dos outros setores explorados da sociedade, com a ressalva de que os índios devem seguir uma linha própria e independente de aglutinação sem tender à esquerda e nem à direita". Nos demais países da América onde o índio é maioria, "haveremos de buscar o poder político com base em nossos claros conceitos, totalmente diferenciados dos conceitos de opressão e repressão instalados atualmente no mundo ocidental".

A partir desse Conselho, o índio sul-americano — responsável por uma produtividade anual superior a 15 bilhões de

dólares (outros 15 bilhões de produtividade podem ser creditados aos índios da América Central) — pode começar a sair da "situação colonial em que vive há 500 anos". Reynaga é claro: "Apesar das diversas formas em que se mantém esta opressão, há algo em comum. Somos todos descendentes dos colonizadores espanhóis, portugueses, franceses e ingleses que nos assaltaram e nos seguem dominando racialmente e economicamente. Nossa situação atual é de opressão e de início de uma luta libertadora. Estamos começando nossa luta de libertação da tirania."

Carlos Alberto Luppi



## Educação imoral e cínica: o índio no livro didático

Mauro W. B. de Almeida

Todo povo indígena tem seus mitos. Neles exercem sua própria origem, sua imagem e seu destino. Nisso o povo brasileiro não é diferente. Também tem seus mitos de origem, que se encontram nos livros didáticos de "estudos sociais" lidos por milhões de curumins brasileiros em idade escolar, editados por prestigiadas editoras das maiores capitais e apoiados pelo governo do País.

Que mensagem contêm os mitos de origem da nação brasileira a respeito daquela sua parte que são os índios? Afinal de contas, o Brasil é oficialmente uma democracia racial, onde diversos grupos étnicos teriam teoricamente direito à convivência harmoniosa, e onde o preconceito racial é banido pela Constituição. A resposta, apesar disso, é simples de resumir: para o livro didático, o índio bom é o índio simbólico, é a herança cultural de uns termos tupi, alguns costumes rurais (rede, superstições), alguns traços físicos do povo mestiço do Norte e Centro Oeste. Quanto ao índio real, ele é um "problema", um entrave ao progresso que deve ser eliminado de alguma maneira. É claro que, em alguns livros, há expressões isoladas de simpatia pelo índio. Mas elas nunca passam de frases. Isto é, nunca chegam a converter-se em uma visão alternativa da história nacional, que não se resume na justificação da destruição étnica, do roubo de terra e da intolerância ante alguém que não seja como o branco.

Antes de mais nada, os índios, assim como os negros, não têm história própria, desempenhando um papel de acidente na história branca. Antes dos colonizadores não há História do Brasil. Índios genéricos aparecem em episódios isolados, somem de cena, ressurgem sem face própria. Esses fragmentos onde não pode aparecer nunca um ponto de vista índio formam alguns episódios básicos.

Num primeiro momento, o índio é "descoberto" pelo colonizador. É amigável e colaborador (o índio de Pero Vaz de Caminha). Num segundo momento, sem que se saiba bem por que (nisto os textos divergem), os índios tornam-se perigosos e traçoeiros, aliando-se aos piratas franceses na ameaça à colonização (é a fase do fracasso das Capitânicas Hereditárias, da Confederação dos Tamoiés etc). Em seguida, são caçados e escravizados em expedições sertanistas, para atender a necessidades de mão-de-obra dos colonos, ou são catequizados por missionários (fase de expansão nacional). Depois somem, deixando uma "herança cultural"

como todo mundo que morre. Depois há um longo branco, entre o início da colônia e os dias de hoje, quando misteriosamente reaparecem na Amazônia como um novo "problema", onde estão em áreas que é preciso povoar e desenvolver.

E essa a história contada repetidamente pelo mito didático. Sua moral é fácil de entender até por crianças. Os índios estão na nossa origem, mas não somos capazes nem queremos conviver com eles. São inimigos, estão fora da nacionalidade, e, ao longo da missão de colonizar a terra, são extintos, convertendo-se parte deles em mão-de-obra mestiça. Em reconhecimento a seu papel de origem, passam a figurar na memória nacional como símbolo de "brasilidade", tendo tido o mérito de contribuir para a formação da nacionalidade.

#### A MISSÃO DO HOMEM BRANCO

A grande façanha do homem branco no mito contado pelos livros didáticos é a colonização. Essa missão nacional tem duas caras: empresa econômica e expansão territorial. A atividade econômica é a produção de cana-de-açúcar, baseada no monopólio da terra e na escravização de índios e negros. Essa "solução colonizadora" é exaltada "A agricultura da cana-de-açúcar foi uma boa solução para todos, tanto para os colonos como para o governo português" (índios e negros evidentemente estão fora da jogada).

Outro aspecto é a expansão territorial. A glória desta tarefa cabe agora às bandeiras de "caça a índios, negros fugidos ou metais preciosos", bem como à atividade missionária e à expansão da pecuária. Exterminio e escravização são exibidos assim sem maiores escrúpulos como requisito pela tarefa de "aumentar e enriquecer o país". Com isso, "regiões vazias começaram a ser ocupadas". E o texto lembra ao leitor que essa missão prossegue até hoje (no mito, passado e presente fundem-se sempre numa lógica única): "Pois é, a tarefa de ocupar e organizar a nossa terra não terminou. Ela continua."

Nessa teoria de ocupação do Brasil, todo território ocupado por índios é definido como "espaço vazio". Lógica de fazendeiros, aplicada como se vê com rigor pelo livro didático e ensinada às crianças como lição cívica. Ensina-se ao curumim branco que é preciso "integrar" o quanto antes o país, já que "estamos numa época em que o gigante está se desenvolvendo cada vez mais, graças a estradas e rodagem que abrem caminhos em meio a densas florestas", enquanto a "verda-

deira escola do trabalho se instala por toda parte..."

Os livros são de 1979, mas como se vê o tom é dos dias do "milagre brasileiro", simbolizado pela Transamazônica ("que vai colaborar com a colonização do grande vazio da Região Amazônica"). A desocupação forçada desses "espaços vazios", que foi apenas um dos aspectos sinistros do período, com seus efeitos genocidas e espoliadores contra índios e camponeses pobres, surge quase como necessidade.

#### ÍNDIOS: INIMIGOS INTERNOS

O problema básico das capitânicas são os "constantes ataques indígenas" e de piratas. Ilustrações mostram índios flechando bandeirantes, missionários, ou o próprio mapa do Brasil! Índios aliam-se aos inimigos franceses (compare-se: "Todos os brasileiros devem ter especial atenção com a segurança nacional, evitando a interferência alienígena, através da utilização dos grupos indígenas". Depoimento do deputado Hélio Campos PDS Roraima).

A expressão mais terrível desse ponto de vista é a imagem heróica dos bandeirantes, que ao lado dos missionários são os heróis no episódio indígena. O leitorzinho é convidado a sentir-se como bandeirante. O bandeirante escraviza índios mas expande o território, e isso basta. "Quem não tivesse coração duro não seria um herói". Os cinco mil índios guaianás (inclusive três "reis") aprisionados numa dessas expedições bandeirantes "vinham todos satisfeitos". Afinal de contas, diz outro autor que faz ressalvas ao heroísmo desse personagem: "O bandeirante precisava sobreviver". Num diálogo ilustrado, um índio pede informações a um bandeirante e responde no fim da conversa: "Prazer em conhecê-lo, Sr. Bandeirante. Os brasileiros agradecem a magnífica contribuição que vocês deram à nossa Pátria." Não é ironia. É o que chamo de educação imoral e cínica.

Outros heróis do contato dos índios com a civilização são os missionários, que além de ensinar hábitos civilizados lhes impõem "rigorosa disciplina". Supõe-se, aliás, que o índio era preguiçoso. "O trabalho era muito. Precisava de mais gente. Os brancos pensaram nos índios. Os índios eram muitos, poderiam ajudar bastante. Mas você pensa, brasileiro, que eles gostavam de trabalhar nos engenhos? Que nada! Preferiam viver livres, caçando e pescando." (Diz o governador de Roraima que o "problema" da área é a

pretensão indígena de ocupar enormes áreas de terra, apenas para caçar e pescar, "enquanto nós ficamos trabalhando e pagando impostos" (OESP, 8/2/80). Há conflitos entre bandeirantes e missionários, mas o final da história é feliz já que ambos contribuíram para a expansão do território nacional, quer resolvendo o "problema da mão-de-obra", quer "pacificando".

#### ÍNDIO BOM É ÍNDIO MORTO

No fim do episódio colonial, há um item sobre a "herança cultural" indígena, que é uma montagem de dados de cronistas sobre a cultura tupi-guarani, sem nenhuma referência a índios (guarani ou não) existentes no presente, e menos ainda a outros grupos. Orgulhamo-nos da "oca", da "ocara" e do guaraná. Já o índio do "interior", o "gê", é descrito como antropófago, bárbaro e traçoeiro, prejudicial à colonização. São os "tapuias" que não colaboram nem um pouco, defendendo-se da civilização.

Aí a história termina. E após os dois séculos de extinção (séculos 17 e 19), surgem alusões atuais no seguinte tom: eles "ainda existem" "em número pouco significativo". São "incapazes de assimilar uma cultura material muito mais evoluída e sua extinção é uma triste verdade" (a sua destruição por doença, exploração, roubo de terras, humilhação etc. é culpa deles). "Os que conseguiram sobreviver internaram-se nas florestas, restando hoje em dia poucos..." Nas reservas estes são "integrados a nossa civilização". Com isso se resolve o grande "problema": "Não se pode, em nome da preservação das culturas indígenas, impedir a incorporação do território Amazônico ao resto do Brasil"; por outro lado, os métodos "bandeirantes" não podem ser reempregados. A solução é a "lenta assimilação" em reservas.

Em suma, esses mitos ilustrados com fartura preparam o brasileiro a reconhecer como óbvias certas "verdades" correntes sobre o índio, as mesmas que estão na boca de autoridades e fazendeiros, ilustrando-as com o "mito de origem" da colônia e aplicando-as à Amazônia atual. Não se insinua nunca uma alternativa. Por exemplo, um Brasil que abrigasse não "brasileiros" e "índios-problema", mas múltiplas culturas com direito à autonomia e liberdade. E onde os povos indígenas, cada qual com sua história própria e sua dignidade de pequenas nações, fossem motivo de orgulho não como símbolos mortos, mas como exemplo de convivência no presente e como alternativa para o futuro.

Mauro W. B. de Almeida é antropólogo e professor da Unicamp. Este seu artigo para o "Folhetim" baseia-se em pesquisa feita para o CEDI sobre livros didáticos do 1.º grau patrocinados pelo Mec-Fename. Todas as citações provêm desses livros.

# Os heróis sem terra

Os índios kadiweus, da Serra da Bodoquena, aparecem como heróis nos livros de história. Durante a Guerra do Paraguai, eles defenderam o território brasileiro internando as tropas paraguaias com uma acirrada guerra de guerrilhas. Hoje, restam poucos kadiweus, famintos e doentes vivendo numa reserva demarcada no ano passado, mas constantemente invadida por grileiros e posseiros. O próprio governo do Mato Grosso do Sul se engarregou de diminuir a área da reserva quando instalou, na região de Miranda, a Colônia Agrícola Arnaldo de Figueiredo abrangendo terras indígenas.

A situação dos índios kadiweus é apenas um exemplo da violência e gravidade da situação indígena no Mato Grosso do Sul, onde a expansão da fronteira agrícola despreza, muitas vezes, a legislação que garante a posse da terra pelos povos indígenas. Nesta Semana do Índio, contudo, Campo Grande, foi transformada em "Capital Brasileira do Índio", e lá se realizaram as principais solenidades.

Para o governador Marcelo Miranda é natural que a Semana do Índio seja comemorada no Mato Grosso do Sul, um Estado com uma vasta população indígena. Segundo ele, "o índio é parte integrante do Estado. Ele está aqui, ele tem aldeia, ele é homem. Então, não há como negar sua presença ou deixar de assisti-lo em suas necessidades, independente de sabermos qual a política oficial adotada". Contudo, Marcelo Miranda não tem totalmente definido o relacionamento que pretende entre o Governo Estadual e a população índia.

Sua principal providência em relação aos índios foi ordenar um levantamento realizado nas aldeias para conhecer as necessidades e recursos de cada grupo. O governador, entretanto, diz que ainda não está acertada o tipo de ajuda que irá prestar. "Como o Governo pode ajudar os índios?", pergunta, "O Governo deve fazer

com que o índio produza? Ou deve deixar que ele mesmo decida o que fazer? Uma interferência oficial na produção da aldeia não iria interferir na cultura do índio? Nós consideramos a preservação da cultura muito importante para a própria preservação do índio."

## MÃO-DE-OBRA

Na mesma reserva de Bodoquena, onde vivem os kadiweus, estão hoje os remanescentes dos índios afoe-xavantes, expulsos de suas terras na região de Brasilândia, onde um fazendeiro jogou tratores sobre o cemitério tribal para apagar os vestígios da presença indígena. Numa região próxima, Bataiporan, recentemente foram encontradas em duas fazendas restos de um aldeamento. Os índios que trabalham na região ainda eram capazes de lembrarem-se do episódio: eram terras doadas a determinado grupo indígena pelo próprio marechal Cândido Rondon. Há cerca de dez anos, grileiros e posseiros massacraram os habitantes e expulsaram os sobreviventes. A área foi dividida em três fazendas. Os autores do massacre continuam proprietários até hoje e influentes fazendeiros.

Privados de terras, os índios do Mato Grosso do Sul estão sendo aproveitados como mão-de-obra barata nas fazendas e empresas de reflorestamento. No princípio deste ano, por exemplo, os proprietários da Fazenda Xavante, na região de Nova Andradina, trouxeram dois caminhões repletos de índios de Dourados — kaiowas, guaranis e terenas — e os empregaram como plantadores de cana. A cidade de Aquidauna, por sua vez, se transformou num verdadeiro interposto de trabalhadores índios, onde os grupos esperam empregadores interessados em bóias-frias para trabalharem no plantio e na colheita de cana para abastecimento das usinas de álcool de Pedro Gomes e Rondonópolis.



## DEPORTAÇÕES

Há, por outro lado, denúncias de acontecimentos mais graves. Levantamentos realizados por voluntários da Comissão Pastoral da Terra no Mato Grosso do Sul comprovaram que há cerca de 7 mil índios vivendo fora do alcance de qualquer instituição encarregada da aplicação da política indianista oficial. São índios aldeados nos municípios de Aquidauna, Anastácio, Corumbá, Amambai e outros, que não são reconhecidos como índios pela Funai. Há também denúncias mais graves, como o ataque a aldeias, assas-

sinatos e o transporte forçado para a fronteira com o Paraguai.

Mas o caso mais flagrante de abuso das áreas indígenas continua sendo o da reserva de Bodoquena, onde 92% das terras estão ocupadas por fazendeiros, seja por invasão pura e simples ou por arrendamento. A Funai cobra 12 cruzeiros por hectare ocupado pelo prazo de um ano. Apesar de proibidos pelo Estatuto do Índio, esses arrendamentos são renovados constantemente, e renderam no ano passado, cerca de 4 milhões de cruzeiros aos cofres do órgão federal.

Reportagem de Ivan Pacca

## Não adianta fazer reserva

Cacique

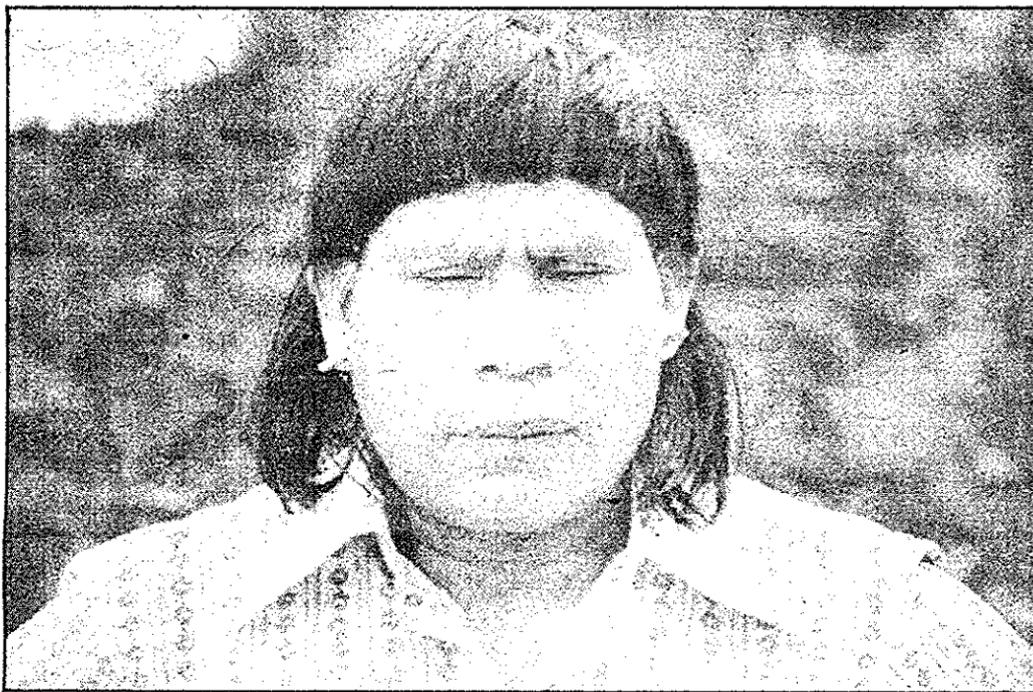
Mario Juruna

não aceita a regionalização:

"Aparece tanto

governo que nós

não entende nada!"



Juruna: "Índio não é objeto"

Convidado a participar, a partir da última segunda-feira, das comemorações da Semana do Índio em Campo Grande, organizadas pelo governo do Mato Grosso do Sul, o cacique Mario Juruna, da aldeia Xavante, foi entrevistado pelo repórter Ivan Pacca. Duas questões lhe foram colocadas:

Primeira. Se o governo está, de fato, preocupado com o problema das comunidades indígenas, o que ele deve fazer?

Resposta de Juruna:

"Primeiro, garantir terra pra índio, pra

toda comunidade indígena. Segundo, pode implantar colégio pra dar evolução pra nossa tribo. Terceiro, saúde, curso de enfermagem de saúde. Quarto, mandar maquinário pra toda comunidade poder trabalhar. Não adianta fazer reserva. O governo devia mandar recurso e assistência melhor pra comunidade indígena. Não adianta só dizer no papo, tem que cumprir mesmo a promessa, tem que cumprir. É obrigação que o governo tá fazendo. Também não é só o governo federal que pode proteger o índio. O governo do Estado pode também ajudar".

## E MUITA ANARQUIA

Segunda questão. O governo federal pretende, através de convênios com governos estaduais, regionalizar o problema indígena. Como os índios estão vendo essa estadualização?

Resposta de Juruna:

"O governo Federal tá querendo passar tudo comunidade indígena para cada Estado. O governo não podia fazer projeto sem comunicar nada pra líder de comunidade. Este Governo tá fazendo mesma coisa que emancipação. Se nós não aceita, nós devemos continuar com governo federal. governo federal, se quiser pas-

sar a comunidade indígena pra cada Estado, tem que chamar todos líderes de comunidade pra discutir o que nós pode achar. Se passar a comunidade indígena pra cada Estado, muita coisa vai aparecer de errado. Governo tá tirando a costa fora, vai acontecer muita coisa. Se o governo federal não dá conta de fazer reserva para comunidade indígena, Estado vai fazer alguma coisa pra índio? Porque P.M. é puxa-saco de fazendeiro. Às vezes índio pode aceitar a palavra do governo federal para governo estadual. Eu não aceito nada disso. Gente muda, muda sempre, é muita anarquia. Este governo nunca confirma a lei. Todo ano tá mudando a lei, nunca continua a lei sempre. Aparece tanto governo que nós não entende nada. O governo não devia pensar no índio como objeto. Nós tem sempre discutido na praça. Nós sabemos discutir, índio tem mentalidade, tem instrumento dele. O governo tá querendo passa perna de índio pra trás. O Estado não tava antes tomando conta. Por isso nós não podemos aceitar desta maneira. A Polícia regional vai assumir conta do índio. O que Estado já fez? Tomava terra melhor e jogava índio no pântano cheio de doença. O Sulamissu (Serra do Roncador), os Krenhakore, as Cinta Larga. Pode acabar terra, pode tirar o índio, e o governo federal não vai mais tomar conhecimento. Vai começar o jogamento. Não resolve em Brasília, manda pra Estado, e não vai resolver nada. Acho que governo federal deve continuar tomar conta. Tem que discutir tudo. O governo federal tá cansado de ver cara de índio. Governo quer descansar. Não é assim que gente faz processo. Porque passar índio para cada Estado? O governo tá querendo salvar brasileiro, dizem, ou tá querendo acabar o índio? O branco não tem direito de pisar em cima do índio. A gente quer parar com isso. Índio não é político, não amofia ninguém, não tá invadindo casa de ninguém."

# Pintados para a guerra

**Jaime Klintonitz**

Os ataques começaram em 1951. Os bandos armados vinham de Barra do Garças e Xavantina para saquear as aldeias. Os índios eram mortos, as cabanas queimadas, as roças destruídas. Em junho de 1952, o ataque definitivo em Parabubure, às margens do rio Couto de Magalhães. Nas primeiras horas da madrugada de um dia que ninguém sabe exatamente qual foi, um grupo de brancos armados entrou na aldeia adormecida.

Não encontraram homens. Apenas, Tsiwari, inválido por causa de uma mordida de cobra, estava em casa. Mataram Tsiwari e crucificaram seu corpo no centro da aldeia. Ao redor, dispuseram as outras vítimas: Róowadze, mulher de Tsiwari, Róoare, mãe de Tsiwari, os 5 filhos de Watebrêni, as 5 filhas de Baono, a irmã de Tsiwari com a filha e criança recém-nascida.

O povo de Parabubure fugiu então, juntando-se ao exodo Xavante.

## AS TERRAS RECUPERADAS

Os massacres continuaram até 1956. No entanto, não significou o fim do Xavante. Tanto que, em 22 de dezembro de 1979, o presidente da República, João Figueiredo, foi obrigado a assinar às pressas um decreto devolvendo Parabubure aos in-

dios. O decreto encontrou os Xavante pintados para a guerra, com a invasão da Fazenda Xavantina, erguida sobre os escombros da aldeia, programada para a madrugada do dia 23.

Na verdade, poucas tribos brasileiras se mostram tão dispostas a sobreviver como a dos Xavante. Seus chefes, como Aniceto Tsulzanêre e Mario Juruna — para citar os mais conhecidos — são presenças frequentes em Brasília, São Paulo ou Rio, onde armados, de gravadores para documentar os encontros, interpellam os responsáveis pela política indigenista pedindo providências e cobrando promessas. Algumas vezes tentam o próprio Palácio do Planalto, onde são invariavelmente barrados na portaria.

A fuga Xavante terminou em 1956, quando a tribo, praticamente dizimada por uma epidemia de sarampo provocada por roupas lançadas de aviões sobre as aldeias, organizou encontros entre os diferentes grupos. Nessas reuniões ficou decidido procurar contato pacífico com o branco, especialmente para aprenderem a utilizar armas de fogo e medicamentos para combater as doenças até agora desconhecidas.

## AS RESERVAS

Foi um período duro, em que o Xavante

foi forçado a mendigar sua sobrevivência nas fazendas erguidas sobre a terra usurpada. E na medida em que os grupos foram se fixando na área, principalmente com a ajuda das missões salesianas e do extinto Serviço de Proteção ao Índio, as necessidades foram aumentando. Além do que o retorno dos Xavantes às terras de origem, que se intensificou nos últimos 8 anos, tornou urgente a ampliação das reservas existentes: Sangradouro, criada em 1973, São Marcos, (1974), Areões, Couto Magalhães, Pimentel Barbosa e Culene (1975).

Em dezembro, do ano passado, os Xavantes julgaram ter chegado a hora. Exigiram a devolução de Parabubure e marcaram um dia para a guerra, pintado com tintas vegetais e ostensivamente armados com arcos e flechas, para uma batalha que, a Funai sabia, seria travada com carabinas do arsenal da tribo. A nova reserva, chamada Parabubure, tem uma área de 226 hectares. Na assinatura do decreto, o presidente da República re-

conheceu que a terra fora dos Xavantes, delas expulsos "por pressão armada".

Fim dos problemas xavantes? De forma alguma. Parabubure fica localizada em Barra do Garças, a 600 quilômetros de Cuiabá, o segundo maior reduto eleitoral do Mato Grosso do Sul e importante centro agropecuário. Para os fazendeiros da região, os índios são um estorvo. Suas terras, asseguram, seria muito mais útil ao País se integradas no desenvolvimento econômico.

Os problemas dos Xavantes estão longe de terem um fim. Os fazendeiros de Barra do Garças estão dispostos a torná-lhes as terras, mesmo que para isso seja necessário utilizar os mesmos métodos da década de 50. Aliás, os tiros nunca deixaram de ser o principal argumento dos fazendeiros na luta contra os índios. O ataque de jagunços e a chacina do padre salesiano Rodolfo Lukenbem e do índio Simão, na aldeia de Merure, em 1978, ainda está bem vivo na memória dos 25 mil xavantes que vivem nas 25 aldeias da região.

## O Brasil tem fome? Culpa dos índios

**Aracy Lopes da Silva**

O município de Barra do Garças, no Mato Grosso, foi palco de chacina do Merure, reserva Bororo, em que foram assassinados o padre salesiano Rodolfo Lukenbem e o índio Simão. Os fazendeiros da região, responsáveis pelos crimes, foram julgados e inocentados, apesar de todas as evidências de sua culpa. Os fazendeiros de Barra do Garças vivem agora uma outra guerra, desta vez contra a reserva Xavante de Parabubure junto ao rio Couto de Magalhães, decretada em dezembro último e que devolve aos Xavante parte de suas terras tradicionais. Dali índios haviam sido expulsos, na década de cinquenta, por massacres e expedições punitivas.

Uma campanha publicitária pela imprensa falada e escrita de Mato Grosso e Goiás vem tentando, desde janeiro deste ano, sensibilizar a opinião pública para a "miséria" a que ficarão sujeitos os fazendeiros que tiveram suas terras incorporadas à Reserva de Parabubure e para a destruição da riqueza e do desenvolvimento do Estado do Mato Grosso causada pela desativação de projetos econômicos implantados nas fazendas. A mesma campanha atinge violentamente a dignidade dos índios, taxando os Xavante de mendigos, bêbados e corruptos, incapazes de sobreviver sem as migalhas que lhes são atiradas pelos fazendeiros: "quando as fazendas forem desativadas de uma vez, essas pobres criaturas vão morrer de fome ai pelos cerrados". (Contato revista mensal, fevereiro de 1980, Cuiabá, p. 10-11 e p. 13). Segundo a mesma revista, "os Xavante vivem perambulando pelas ruas da Barra do Garças pedindo coisas ao comércio e dinheiro às pessoas que conhecem e cuja amizade cultivam com devotada religiosidade; para não deixar a "fonte secar" (p. 13) Os Bororo são apresentados como "tão cheios de vícios" que já não conseguem se reproduzir

Dentre os muitos personagens envolvidos na questão, dois merecem ser especialmente denunciados pelas posições de poder e prestígio que ocupam: o dr. Florisvaldo Flores, presidente da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil

(OAB) em Barra do Garças e o deputado estadual pelo Partido Popular (PP) do Mato Grosso, Roberto Cruz. Segundo o Dr. Florisvaldo Flores, considerado pelos fazendeiros da região um "expert" no problema do índio" (jornal "Fatos Populares", Goiânia, de 28/1 a 3/2/1980, p. 16). "é enganoso dar mais terra ao índio na ilusão de que isso vá resolver o seu problema, porque ele não tem dinheiro, não tem vocação para o trabalho e nem conhece tecnologia. Incentivado pela Funai e iludido pela vontade de chegar ao carro, ao radinho da pilha, ao óculos escuros, ele tenta o impossível. E no fundo está estuprando (sic) a sua alma com esse sistema em que jamais se adaptará, pois não pode sair da era da pedra lascada para a tecnológica" (Contato, op. cit; pg 13). E ainda, "o índio vive à margem de todos, ele não tem noção de propriedade" ("Fatos Populares") op. cit; p. 16). São estas as opiniões deste "expert" no problema do índio.

## ASSASSINATO

Roberto Cruz, líder do PP em Barra do Garças, "uma das mais solicitadas figuras políticas da região, e futuro deputado federal pelo PP-MT, segundo o senador Gastão Muller ("Fatos Populares", op. cit., p.15), tem se colocado como representante dos fazendeiros junto ao Governo Federal. Nesse sentido solicitou, por telegrama enviado ao presidente da República, ministro do Interior e ao general Golheri do Couto e Silva, a inclusão de um representante dos fazendeiros locais no grupo de trabalho interministerial encarregado do exame da questão de desapropriações de terras em Barra do Garças. A denúncia, porém, não se prende a essa atitude, adequada a seu papel de político local comprometido com os interesses dos grandes proprietários, mas ao fato deste mesmo deputado acobertar e proteger Manoel Borges da Silva, um dos participantes do assassinato do padre Rodolfo e do bororo Simão, no Merure.

Segundo as declarações de Manoel Borges da Silva ao jornal "Fatos Populares", de Goiânia, "logo que assumiu, o padre Rodolfo começou a instigar os índios para tudo o que os fazendeiros tinham, como:

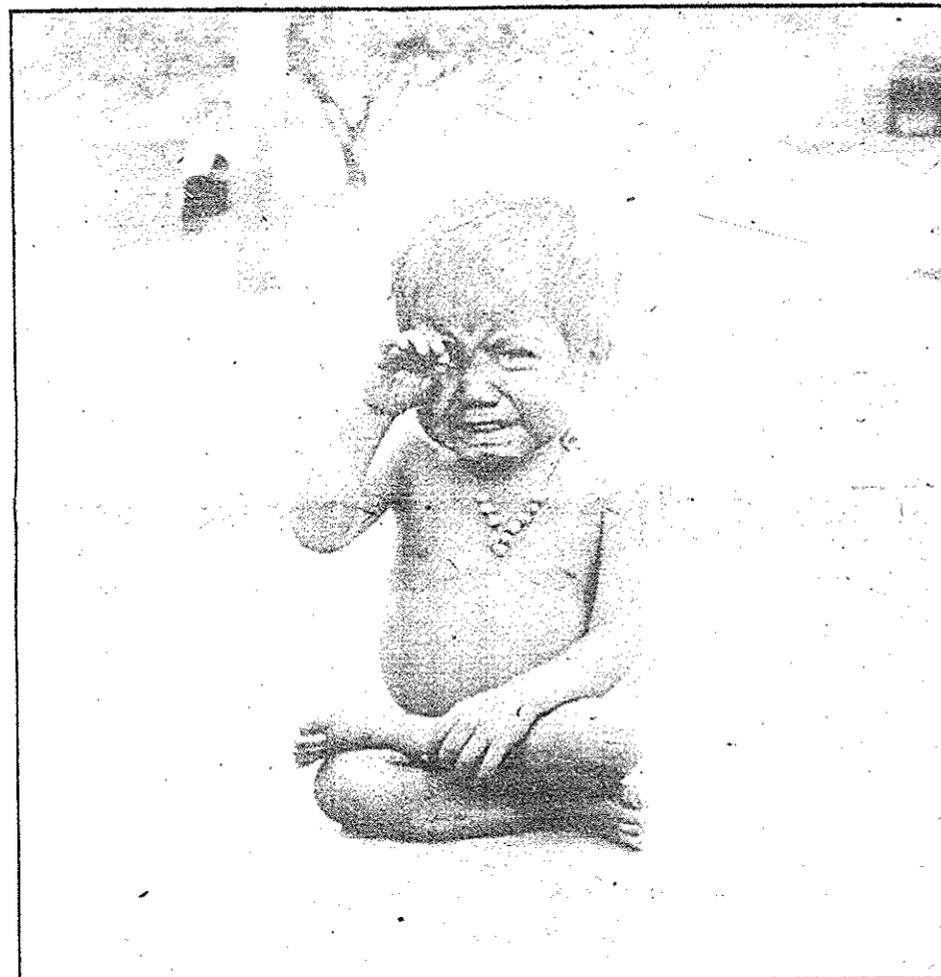


Foto do filme de Zelito Viana, "Terra dos Índios".

gado, porcos e outros objetos, até que acuados pelas manobras do religioso para nos despojar do que linhamos, tivemos que apelar para a força. Na tentativa de impedir que nos destruíssem a todos, houve um tremendo conflito entre fazendeiros, índios e padres, que culminou com a morte do padre Rodolfo Lukenbem. A partir desta data foi só perseguição para todos os que daquele movimento participaram. Eu, por exemplo, fiquei preso e foi nessa época que a minha família se espantou. Minhas filhas se prostituíram e só Deus sabe o quanto tenho sofrido para repor tudo no lugar. Depois que sai da cadeia procurei juntar meus filhos e agora estou trabalhando como bóia-fria. Na fazenda do deputado Roberto Cruz, coloquei umas cabeças de gado que sobraram, as quais estão usando os pastos de propriedade daquele político" (p.16).

Fica claro aqui um mecanismo de inversão, segundo o qual um criminoso se transforma em vítima e conta com a proteção de homens ligados aos poderes públicos.

Do ponto de vista dos fazendeiros, o decreto que institui a Reserva de Parabubure é um ato de paternalismo que

"prejudica o processo produtivo". Segundo a revista "Contato", de Cuiabá, os fazendeiros consideram "crime a Nação prescindir da produção de milhões de sacas de cereais e de milhares de cabeças de gado justamente quando o País está empenhado em arrancar da terra, a qualquer custo, os recursos para equilibrar sua balança de pagamentos e controlar a inflação. O governo tem que pensar com mais seriedade nisso, porque o povo já está se desesperando com a carestia dos alimentos" (p.10).

A culpa da fome no Brasil, portanto, é dos índios!

Além deste raciocínio um tanto estrúxulo, a argumentação contém a afirmação mentirosa de que crescimento econômico e aumento da produção significam necessariamente melhoria de condições de vida para a maior parte da população. A história recente da concentração de renda neste país tem provado exatamente o contrário.

Aracy Lopes da Silva é professora da USP e membro da Comissão Pró-Índio, em São Paulo

# Vira lata

UMA PÁGINA QUE TIRA UM PELO!



## Uma página que se pinta na hora da luta

**Jota**

PARA DESMENTIR OS CALUNIADORES QUE DIZEM QUE O ÍNDIO BRASILEIRO ESTÁ PERDENDO SUA IDENTIDADE CULTURAL, EIS AQUI UMA FAMÍLIA INDÍGENA COM TODOS SEUS HÁBITOS PRESERVADOS GRANGAS AO NOSSO TRABALHO!

*Jota*

**Jota**

O ÍNDIO NAMBIKWARA PRECISA URGENTEMENTE DE AR PURO E MATA VIRGEM COM CAÇA E PESCA FARTA! O CASO É DE VIDA OU MORTE! QUEM TIVER O QUE ELE NECESSITA, TELEFONE PARA ESTA EMISSORA!

*Jota*

**Nilson**

UM DIA MEU FILHO, NADA DISSO SERÁ TEU!

**Glauco**

INFORMAÇÕES

POSTO DA FUNAI?

INFORMAÇÕES

NÃO! SINDICATO DE S. BERNARDO!

*Glauco*

**Jota**

TRIBO MINHA ESTAR SENDO EXTERMINADA! PRA QUE LADO FICAR FUNAI?!

FUNAI?! FICA PRA ESTE LADO!

'BRIGADO!'

*Jota*

SEMANA QUE VEM: VIRA-LATA MODELO ECONÔMICO

**Nilson**

—VIEMOS TRAZER LHE OS BENS DA CIVILIZAÇÃO!